



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 50

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 1968

## CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 4 de abril de 1968, às 21 horas e 30 minutos  
(QUINTA-FEIRA)

### ORDEM DO DIA

Vetos Presidenciais:

- 1º Ao Projeto de Lei nº 456-B-67 na Câmara dos Deputados, e nº 103, de 1967, no Senado Federal, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências;
- 2º Ao Projeto de Lei nº 3.619-66, na Câmara dos Deputados, e nº 51-65, no Senado Federal, que altera o art. 79 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União).
- 3º Ao Projeto de Lei nº 112-B-67, na Câmara dos Deputados, e nº 80-67, no Senado Federal, que cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais, e dá outras providências.
- 4º Ao Projeto de Lei nº 526-A-67 na Câmara dos Deputados, e nº 138-67, no Senado Federal, que autoriza o Poder Executivo a proceder a alteração da Lei Orçamentária nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, na parte da dotação pertencente ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, sem aumento de despesas.

### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1º	1º	Alínea "a" do art. 14.
2º	1º	§ 2º do art. 43.
3º	2º	Parágrafo único que seria acrescentado pelo art. 1º do Projeto ao art. 79 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.
4º	3º	Totalidade do Projeto.
5º	4º	Totalidade do Projeto.

### CALENDÁRIO DOS VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS PELO CONGRESSO NACIONAL

DIA 4 DE ABRIL, AS 21 30 HORAS (QUINTA-FEIRA)

Projeto nº 103-67, no Senado Federal e nº 456-67, na Câmara dos Deputados — Altera dispositivos da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.

Projeto nº 51-65, no Senado Federal e 3.619-66, na Câmara dos Deputados — Altera o artigo 79 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União).

Projeto nº 80-67, no Senado Federal e nº 112-67, na Câmara dos Deputados — Cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais, e dá outras providências.

Projeto nº 126-67, no Senado Federal e nº 526-67, na Câmara dos Deputados — Autoriza o Poder Executivo a proceder a alteração da Lei Orçamentária nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966 na parte da dotação pertencente ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, sem aumento de despesas.

DIA 16 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (TERÇA-FEIRA)

Projeto nº 30-66, no Senado Federal e nº 4.071-66, na Câmara dos Deputados — Autoriza consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos (FINABRA).

Projeto nº 60-67, no Senado Federal e nº 3.227-65, na Câmara dos Deputados — Estende a entidades de assistência médico-hospitalar o disposto no artigo 5º da Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento.

Projeto nº 133-67, no Senado Federal e nº 121-67, na Câmara dos Deputados — Concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que lidam com Raios-X ou substâncias radioativas, a aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatoriedade aos 65 anos de idade.

DIA 25 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (QUINTA-FEIRA)

Projeto nº 58-67, no Senado Federal e nº 1.433-60, na Câmara dos Deputados — Concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo para a importação de materiais destinados à fabricação no País, de centrais telefônicas automáticas.

Projeto nº 117-67, no Senado Federal e nº 607-67, na Câmara dos Deputados — Cria 2 (dois) cargos de Juiz Substituto do Trabalho, no Quadro da Justiça do Trabalho da 3ª Região em Belém, Estado do Pará.

Projeto nº 1-68, no Senado Federal e nº 315-67 na Câmara dos Deputados — Cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 8 (oito) Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais.

### CALENDÁRIO PARA AS DISCUSSÕES DOS PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL, AS 21 30 HORAS (QUARTA-FEIRA)

Projeto nº 10-68 (CN) — Dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes aduaneiros, e dá outras providências.

DIA 23 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (TERÇA-FEIRA)

Projeto nº 11-58 (CN) — Altera a Lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1935, Promoção de Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada.

DIA 24 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (QUARTA-FEIRA)

Projeto nº 12-68 (CN) — Dispõe sobre o pagamento de dívidas previdenciárias através de imóveis desonerados, e dá outras providências.

ATA DA 35ª SESSÃO, EM 3  
DE ABRIL DE 19682ª Sessão Legislativa Ordinária,  
da 6ª LegislaturaPRESIDÊNCIA DO SR. PEDRO  
LUDOVICOAs 14 horas e 30 minutos  
acham-se presentes os Senhores  
Senadores:

Oscar Passos  
Alvaro Maia  
Arthur Virgílio  
Achilles Cruz  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Dinarte Mariz  
Manoel Villaga  
Pereira Diniz  
Argemiro de Figueiredo  
Pessoa de Queiroz  
Leandro Maciel  
José Leite  
Josaphat Marinho  
Carlos Lindenberg  
Raul Guberti  
Mário Martins  
Gustavo Marinho  
Benedicto Valladares  
Lino de Mattos  
Moura Andrade  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Coitrea  
Milton Menezes

## O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Senhores Senadores. Havendo número regimentar, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O Senhor 1º Secretário lê a seguinte

## EXPEDIENTE

## PARECERES

Parecer nº 283, de 1963

Da Comissão de Constituição e Justiça, ao Requerimento nº 1.200, de 1963, do Senador Aarão Steinbruch, solicitando transcrição nos Anais do Senado Federal, do artigo do Senhor Isaac Akcelrud, publicado no Correio da Manhã, de 17 de março de 1968, e titulado: Modelos e Padrões.

Relator: Senador Aurélio Vianna.

Requerimento apresentado pelo nobre Senador Aarão Steinbruch, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo do Senhor Isaac Akcelrud, publicado no Correio da Manhã, de 17 de março de 1968, sob o título: "Modelos e Padrões."

O artigo analisa as crises periódicas e cíclicas que abalam os sistemas imperiais existentes e focaliza o drama do judeu na Polónia e noutros países. O articulista expõe a situação dos intelectuais em alguns países socialistas, diante de uma censura impiedosa e cruel.

Em ao mesmo tempo que apóia a luta da juventude estudiosa em defesa da liberdade de expressão, condena o massacre do "heróico povo vietnamita", atraíndo-nos a atenção para o processo brasileiro que se agrava no âmbito específico da censura.

Nada impede a transcrição nos nossos Anais do artigo do eminente jornalista Isaac Akcelrud.

E é nosso parecer.

Sala das Comissões. 2 de abril de 1968. — Aloysio de Carvalho, Presidente em exercício. — Aurélio Vianna, Relator. — Argemiro Figueiredo. — Wilson Gonçalves. — Edmundo Levi. — Carlos Lindenberg. — Josaphat Marinho.

## EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALFERTO DE BRITTO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. E. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

## SENADO FEDERAL

Parecer nº 284, de 1963

Redação final do Projeto de Resolução nº 22, de 1963.

Relator: Senador Nogueira da Gama.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 22, de 1963, que suspende a execução do artigo 5º do Decreto-Lei nº 322, de 7 de abril de 1967.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1963. — Leandro Maciel, Presidente. — Nogueira da Gama, Relator. — Mem de Sá.

ANEXO AO PARECER Nº 284,  
DE 1963

Redação final do Projeto de Resolução nº 22, de 1963.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 45, nº IV, da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº  
DE 1963

Suspende a execução do artigo 5º do Decreto-Lei nº 322, de 7 de abril de 1967.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida, em 23 de agosto de 1967, nos autos do recurso extraordinário nº 62.739, do Estado de São Paulo, a execução do artigo 5º do Decreto-Lei nº 322, de 7 de abril de 1967.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 285, de 1968

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18 de 1968 (nº 955-C de 1968 na Câmara), que revoga o § 3º do artigo 21 do Decreto-Lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre os bens e pessoal vinculado aos serviços de navegação e de reparos navais explorados pelo Lloyd Brasileiro-Patrimônio Nacional e pela Companhia Nacional de Navegação Costeira-Autarquia Federal, extingue estas autarquias, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S. A. e dá outras providências.

Relator: Senador Carlos Lindenberg.

De acordo com o disposto no artigo 54, parágrafos 1º e 2º da Constituição, o Senhor Presidente da República, com a Mensagem nº 21 de 1968, enviou ao Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro de Estado dos Transportes,

projeto da lei revogando o parágrafo 3º do artigo 21 do Decreto-Lei nº 67, de 21 de novembro de 1966.

2. O Decreto-Lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, que autorizou a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S. A., no artigo 21, § 3º, dispõe:

"§ 3º Fica assegurada à CNLB a prioridade para transporte de carga de repartições públicas, autarquias, órgãos da administração descentralizada e sociedades de economia mista, a fim de ser estendida à mesma, iguais benefícios de preferência que gozava o Lloyd Brasileiro-Patrimônio Nacional."

3. O Ministro dos Transportes, em sua Exposição de Motivos, esclarece:

"O Lloyd Brasileiro, tinha, anteriormente, não um privilégio garantido em Lei, e sim, uma disposição por ato do Executivo e relativa a transporte prioritário das cargas governamentais. A criação da Comissão de Marinha Mercante e em determinadas circunstâncias, era alocado às empresas particulares, cargas governamentais."

4. Na Câmara dos Deputados, a proposição foi objeto de estudos pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Economia, que opinaram pela sua aprovação.

5. O Governo, ao reorganizar o Lloyd Brasileiro e criar uma empresa de reparos navais certo teve por objetivo a colocação dessas empresas de navegação e de reparos em níveis de concorrência com as companhias particulares.

A Comissão de Marinha Mercante tem lutado para incentivar e dinamizar o transporte marítimo no Brasil. O Projeto como está redigido, reífa, abruptamente, prioridade que, de certo modo, garante estabilidade operacional à Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

No curso dos amplos debates que se travaram em torno da matéria nesta Comissão, inclusive, com os esclarecimentos do Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Coronel Mário Andreazza, foram apresentadas duas emendas, de autoria dos Senadores Aurélio Vianna e Carvalho Pinto, ambas visando, em termos gerais, a minimizar o sentido radical de que se reveste o projeto.

Nesse ponto, vale salientar que, concordando com a substância das referidas emendas, o próprio Ministro dos Transportes contribuiu, na espécie, apresentando subsídios para a perfeita conformação da matéria.

Assim, da síntese dos debates e das sugestões recebidas pela Comissão, resulta providência que confere à Comissão de Marinha Mercante poderes de fiscalização e ação no sentido do acolhimento de uma política racio-

nal de distribuição de cargas, preservado o interesse das empresas nacionais.

Diante do exposto, e acolhimento as medidas consubstanciadas nas emendas e nos elementos de convicção recolhidos no debate da matéria, opinamos pela aprovação do projeto, na forma do seguinte:

## SUBSTITUTIVO

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

## PROJETO DE LEI Nº

Altera a redação do § 3º do artigo 21 do Decreto-Lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre os bens e pessoal vinculado aos serviços de navegação e de reparos navais explorados pelo Lloyd Brasileiro-Patrimônio Nacional e pela Companhia Nacional de Navegação Costeira-Autarquia Federal, extingue estas autarquias, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S. A., e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do artigo 21 do Decreto-Lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º Fica a Comissão de Marinha Mercante encarregada da distribuição do transporte das cargas pertencentes às repartições públicas, autarquias, órgãos da Administração descentralizada e sociedades de economia mista, entro a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e as empresas nacionais de navegação marítima, garantida prioridade no transporte de carga pela Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, sempre que, no momento, dispunha esta de capacidade operacional ou ocorrer motivo de interesse público, a critério da referida Comissão."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de março de 1968. — Wilson Gonçalves, Presidente. — Carlos Lindenberg, Relator. — Mário Martins. — Paulo Torres. — Eurico Rezende. — Carvalho Pinto. — Mem de Sá. — Aurélio Vianna. — José Ernirio.

Parecer nº 286, de 1963

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1968 (nº 955-C de 1968 — na Casa de origem), que "Revoga o § 3º do artigo 21 do Decreto-Lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre os bens e pessoal vinculado aos serviços de navegação e de reparos navais explorados pelo Lloyd Brasileiro-Patrimônio Nacional e pela Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal, extingue estas autarquias, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S. A. e dá outras providências.

Relator: Senador Aloysio de Carvalho.

Ao Projeto de Lei nº 18, de 1968, de iniciativa do Poder Executivo, o aprovado, sem alteração, pela Câmara dos Deputados, foi apresentada, na Comissão de Projetos do Executivo do Senado, Emenda Substitutiva, que vem a esta Comissão, na forma regimental, para nosso parecer.

A iniciativa presidencial pretende revogar por inteiro o § 3º do artigo 21 do Decreto-Lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre os

bens e pessoal vinculado aos serviços de navegação e de reparos navais de que se incumbiam o Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional e a Companhia Nacional de Navegação Costeira, ambas as autarquias extintas pelo mesmo Decreto-Lei, que autorizou, outrossim, a constituição, em substituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais Costeira S. A. O § 3º do artigo 21 desse Decreto-Lei assegurava prioridade à Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro para o transporte das cargas de repartições públicas, autarquias ou órgãos da administração descentralizada e de sociedade de economia mista, tal como antes se beneficiara o Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional.

A Emenda Substitutiva acima referida, despoçando a providência rígida da revogação, por via da qual ficaria o Lloyd, em competição com as empresas particulares de navegação, desamparado da ajuda oficial, necessária à sua existência eficaz, opta por uma medida conciliatória dos mesmos interesses do Lloyd e de interesse privado.

A Lei a votar-se teria, então, o seguinte contexto, que atende a esse desiderato: "Fica a Comissão de Marinha Mercante encarregada da distribuição do transporte das cargas pertencentes às repartições públicas, autarquias, órgãos da administração descentralizada e sociedades de economia mista, entre a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e as empresas nacionais de navegação marítima, garantida prioridade no transporte de carga pela Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, sempre que, no momento, disponha esta de capacidade operacional ou ocorra motivo de interesse público, a critério da referida Comissão."

Não nos sendo dado opinar sobre o aspecto constitucional da matéria, nada temos a objetar à constitucionalidade do Projeto como a Emenda Substitutiva, cabendo ao plenário, quanto ao mérito, a decisão final.

Sala das Comissões, em 2 de abril de 1968. — Carlos Lindenberg, Presidente eventual. — Aloysio de Carvalho, Relator. — Josaphat Marinho. — Edmundo Levi. — Aurélio Vianna. — Wilson Gonçalves. — Argemiro Figueiredo.

#### Parecer nº 287, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei nº 16, de 1968, que declara de utilidade pública a "Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro", com sede em Niterói.

Relator: Senador Wilson Gonçalves.

O nobre Senador Aarão Steinbruch apresentou à consideração do Congresso Nacional o presente projeto de lei para o fim de ser declarada de utilidade pública a "Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro", com sede em Niterói, Capital daquele florescente Estado.

A proposição está plenamente justificada e demonstra que a entidade possui os requisitos legais exigidos para a concessão do benefício pretendido: a) — adquiriu personalidade jurídica; b) — mantém-se em efetivo funcionamento, servindo desinteressadamente à coletividade; e c) — não remunera os cargos de sua Diretoria. Para comprovação, foram anexados ao processo os Estatutos Sociais e um atestado firmado pelo Dr. Juiz de Menores da Comarca de Niterói.

Por precaução, o autor instrui o seu projeto com um exemplar do parecer nº 308 desta douta Comissão do qual foi relator o eminente Senador Antônio Balbino, a fim de eviden-

ciar que, a despeito da existência da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, não perdeu o Poder Legislativo a competência para legislar em matéria dessa natureza.

A Câmara dos Deputados por sua ilustrada Comissão de Constituição e Justiça, tem entendimento contrário e julga injurídico, sistematicamente, os projetos de lei que tenham idêntica finalidade.

A nosso ver, a melhor tese é a esposada, em pronunciamentos repetidos e inalteráveis, por esta honrada Comissão do Senado e a que deu especial relevo e brilho o citado parecer do ilustre Senador Balbino. Na verdade, a vigência de lei regulando em termos gerais, a declaração de utilidade pública em favor de entidades privadas não impede nem esgota a ação do Poder Legislativo para adotar semelhantes providências em casos específicos.

Em face do exposto, somos pela constitucionalidade e juridicidade do projeto e, também, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 2 de abril de 1968. — Aloysio de Carvalho, Presidente em exercício; Wilson Gonçalves, Relator; Argemiro Figueiredo; Aurélio Vianna; Carlos Lindenberg; Josaphat Marinho e Edmundo Levi.

#### Parecer nº 288, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1968, que "Estende à Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste o regime de incentivos fiscais previstos na Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966".

Relator do vencido: Senador Edmundo Levi.

O projeto pretende estender "A Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste o regime de incentivos fiscais prevista na Lei número 5.174, de 27 de outubro de 1966".

2. O diploma, cuja extensão se objetiva, declara em seu art. 1º (Capítulo I — das Isenções em Geral):

"Art. 1º. Na forma da legislação fiscal aplicável, gozarão as pescas jurídicas, até o exercício de 1982, inclusive, de isenção do imposto de renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, nas bases a seguir fixadas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) o regime de incentivos fiscais previstos na Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966".

I — em 50% (cinquenta por cento) para os empreendimentos que se encontrarem efetivamente instalados à data da publicação da presente Lei;

II — em 100% (cem por cento) para os empreendimentos:

1 — que se instalarem legalmente até o fim do exercício financeiro de 1971 (mil novecentos e setenta e um);

2 — que já instalados à data da publicação da presente Lei, ainda não tiverem iniciado fase de operação;

3 — que já instalados à data da publicação da presente Lei, antes do fim do exercício financeiro de 1971, ampliarem, modernizarem ou aumentarem o índice de industrialização de matérias-primas, colocando em operação novas instalações;

Por sua vez, o art. 7º da mesma lei, que inicia o Capítulo II — das Reduções Tributárias para Investimentos, — assegura:

"Art. 7º. Todas as pessoas jurídicas registradas no País poderão deduzir no imposto de renda e seus adicionais:

a) até 75% (setenta e cinco por cento) do valor das obrigações que

adquirirem, emitidas pelo Banco da Amazônia S. A. com o fim específica de ampliar os recursos do Fundo de que trata o artigo 11 desta Lei;

b) até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido para inversão em projetos agrícolas, pecuários, industriais, de agricultura e de serviços básicos que a SUDAM declarar, para os fins expressos neste artigo, de interesse para o desenvolvimento da Amazônia.

3. Toda a lei visada pela proposição versa matéria financeira, como aliás, não deixa dúvida a sua ementa assim redigida: "Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e das outras providências". Mas os dois dispositivos retro-transcritos são prementes na evidência da natureza da matéria de que trata o projeto nº 21-68, cujo autor, na parte final de sua justificação, não deixa de reconhecer esse aspecto.

O projeto encontra óbice, à sua tramitação, no art. 60, I, da Carta vigente, que reserva a iniciativa das leis sobre a matéria nele contida à competência exclusiva do Presidente da República.

Julgamos inconstitucional a proposição.

Sala das Comissões em 2 de abril de 1968. — Aloysio de Carvalho, Presidente em exercício; Edmundo Levi, Relator vencido; Argemiro Figueiredo; Wilson Gonçalves; Aurélio Vianna; Carlos Lindenberg, vencido e Josaphat Marinho.

#### VOTO EM SEPARADO

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1968, que estende à Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste o regime de incentivos fiscais previstos na Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966.

Relator: Senador Carlos Lindenberg.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 21-68, de autoria do Senador Lino de Matos, que objetiva aplicar "à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) o regime de incentivos fiscais previstos pela Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966". O benefício preconizado pela proposição tem prazo fixo: até o exercício de 1982, inclusive (art. 1º, parágrafo único), cabendo ao Poder Executivo a regulamentação da matéria no prazo de trinta dias (art. 2º).

A Lei nº 5.174-66, concede incentivos fiscais em favor da Região Amazônica, até o exercício de 1982, inclusive, beneficiando os Estados do Acre, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso, do norte do paralelo de 13º e do paralelo de 16º.

Ora, a SUDECO tem sua área de atuação nos Estados de Goiás e Mato Grosso (§ 1º do art. 1º da Lei número 5.325, de 1.12.67). Grande parte desses Estados por se encontrarem no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, já desfruta dos benefícios da Lei nº 5.174-66, tanto que a Lei 5.325-67, alude ao assunto, como se vê:

"Art. 1º. ....

§ 2º. A área que, em virtude do disposto no parágrafo anterior e no art. 2º, da Lei 5.173, de 21 de outubro de 1966, resultou à SUDECO e à SUDAM, permanecerá, para efeito de aplicação de estímulos fiscais, sujeito à legislação e normas que regem a SUDAM."

O Autor do Projeto, na justificação, assinala que não é possível deixar "também sem o amparo de um planejamento referente a incentivos fiscais — à semelhança dos estabelecidos para a SUDAM e a SUDENE

— todo um enorme e rico setor de território nacional qual seja o de sua região Centro-Oeste."

Esse argumento parece válido, sob todos os pontos de vista, coincidindo com a política financeira do Governo, que é de estímulo às áreas menos desenvolvidas. O Amparo concedido ao Nordeste e à Amazônia vem produzindo resultado excelente, oferecendo a perspectiva de que, em poucos anos, estará reduzido no mínimo o desnível econômico entre as diversas regiões do País.

Relativamente aos favores de que trata o Projeto em exame, à evidente ressaltar que não criam despesas, nem impostos, nem taxas. Apenas leva a todo o Centro-Oeste, de acordo com a política econômica do Governo, incentivos fiscais já atribuídos à Amazônia e ao Nordeste, com sentido essencialmente econômico. Além disso o § 2º do art. 1º da Lei 5.174-66, deixa patente o interesse governamental em ampliar a área de incentivos fiscais, deixando sob a jurisdição da SUDAM "os estímulos referentes às áreas de Mato Grosso e Goiás, situadas ao Norte, respectivamente, dos paralelos de 16º e de 13º graus". Essa disposição legal é clara: "as áreas do norte dos paralelos indicados ficam sob a jurisdição da SUDAM, para efeito de estímulos fiscais, e o parte restante fica sob controle da SUDECO. Parece evidente tal entendimento. Se a lei não determinou a ampliação da área de incidência dos estímulos, pelo menos deixou implícita a previsão de que to da a região Centro-Oeste continua com os incentivos aludidos.

O Projeto apenas dá à parte da área da SUDECO, sobre a qual não incidem os incentivos de que trata a Lei nº 5.174-66, a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento econômico da que fica ao norte dos paralelos 16º, em Mato Grosso, e 13º, em Goiás. E, assim perfeitamente jurídico e constitucional aplicando o princípio da igualdade de tratamento previsto pela Carta vigente.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 26 de março de 1968. — Milton Campos, Presidente e Carlos Lindenberg, Relator.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

#### Requerimento nº 318, de 1968

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura o seguinte pedido de informações:

Considerando o elevado número de Associações Rurais do País, interessados na prorrogação do prazo estabelecido em lei para sua transformação em Sindicatos Rurais;

Considerando que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), tem manifestado seu apoio a essa medida, em face das dificuldades naturais de todo período de adaptação de um para outro sistema de legislação, mesmo de natureza específica como no caso em apreço;

I) Poderia esse Ministério informar de medidas em curso destinadas a possibilitar a regularização dos sindicatos rurais?

III) Possui esse Ministério setores de alto nível reexaminando textos dos Estatutos do Trabalhador Rural a fim de atender às sugestões das entidades de classe rural, nas suas reivindicações de aperfeiçoamento do sistema? Em caso positivo, quais os trabalhos apresentados ou Comissões existentes?

Sala das Sessões, 3 de abril de 1968. — Senador Lino de Mattos.

## Requerimento nº 319, de 1963

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações:

Considerando que a colheita do algodão está próxima e que os cotonicultores deverão enfrentar despesas básicas dessa atividade, nada inferior a 25% do seu custo;

Considerando a necessidade de uma política eficiente e ativa de apoio à produção agrícola,

1) Poderia esse Ministério informar sobre as providências tomadas no sentido de atualizar o preço mínimo para o algodão?

2) Estão sendo tomadas providências de ordem creditícia, com financiamentos aos cotonicultores, permitindo-lhes condições financeiras capazes de impedir a ação dos especuladores do produto, entre as quais o conhecido expediente das "compras maciças para entregas futuras", sem preços pré-fixados?

Sala das Sessões, 3 de abril de 1963.  
— Senador Lino de Mattos.

## O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Esses requerimentos independem de deliberação do Plenário, nos termos do Regimento. Serão publicados e, em seguida, despachados pelo Presidente.

## O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — A Presidência reteve respostas aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 663-67, de autoria do Senador Aarão Steinbruch, enviada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social;

Nº 76-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviado pelo Ministério das Comunicações;

Nº 135-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social;

Nº 172-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério do Interior.

## O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Há oradores inscritos.

Está em primeiro lugar o Sr. Senador Aurélio Vianna, a quem dou a palavra. (Pausa)

S. Exa. não está presente.

## O SR. MÁRIO MARTINS:

Sr. Presidente, pela ordem.

## O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Tem a palavra pela ordem, o Sr. Senador Mário Martins.

## O SR. MÁRIO MARTINS:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, tendo V. Exa. dado a palavra ao nobre Líder da Oposição, Sr. Senador Aurélio Vianna, quero comunicar — a fim de que fique registrado e não pareça que S. Exa. deixou de atender a uma convocação feita por ele próprio — que S. Exa., bem como o Líder do MDB na Câmara dos Deputados, alguns outros Deputados e Senadores tanto do MDB quando da ARENA, devem encontrar-se, neste momento, na Universidade de Brasília, por entendimento havido com o Presidente do Senado, com o Presidente da Câmara e, ao que parece, também com o Presidente do Congresso, no sentido de ser encontrada uma solução para o sítio que sofre a Universidade de Brasília de parte das autoridades militares — não sei se da Polícia ou do Exército.

Em verdade estamos até um tanto preocupados porque há duas horas que lá se encontram sem que tenhamos mais notícias. Entretanto, quero acreditar que ainda estejam com

as suas imunidades respeitadas, dando cumprimento à missão que lhes foi conferida.

Esta a justificativa que faço com relação ao não atendimento à chamada de V. Exa. do nobre Líder do MDB, Senador Aurélio Vianna. (Muito bem).

## O SR. PRESIDENTE:

(Senador Pedro Ludovico) — A Mesa toma conhecimento das alegações apresentadas por V. Exa.

Tem a palavra o Sr. Senador Raul Giuberti (Pausa).

S. Exa. desiste da palavra.

Tem a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinho.

## O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, o Brasil não é inclinado a soluções extremistas.

A tradição da política brasileira é a de encontrar sempre uma fórmula de compreensão e de inteligência para superar as dificuldades, próprias, aliás, da vida de todos os povos não estagnados.

Não há exagero mesmo em dizer-se que, no quadro da América do Sul, o Brasil se distingue por encontrar sempre, dentro das suas crises, um caminho através do qual evita as chamadas soluções catastróficas. Criam-se até situações de emergência para conter o impulso das paixões em curso e superar obstáculos aparentemente insuperáveis.

Para não repetir desnecessariamente fatos históricos, basta citar o mais recente dentre eles, precisamente o ocorrido em agosto de 1961. Naquele momento, pareceu a muitos que a ordem legal socorreria diante do conflito de opiniões e de tendências no meio civil e nos quadros militares. Os líderes políticos, entretanto, encontraram, acima de suas divergências, o caminho comum, se não para solução definitiva, pelo menos, para conter a crise nos quadros da legalidade constitucional.

Uma emenda constitucional resolveu o caso político, gerado com a renúncia de um Presidente da República e foi, ainda, através de solução firmada no mecanismo legal que se restabeleceu o regime presidencial, submetendo-se o Congresso e o Presidente à decisão soberana da vontade do povo, através de um plebiscito.

Se essa tendência a soluções de equilíbrio é uma constante, no quadro político brasileiro, não faltam, entretanto, os que, em meio às crises, buscam agravá-las, tentando dividir, nos incidentes criados, o campo aberto às interpretações de um pensamento artificialmente extremista.

Ocorre esta interpretação falsa, quer entre os chamados extremistas da esquerda, quer entre os qualificados extremistas da direita. A uns e a outros interessa acentuar as cores do quadro porque só lhes convém a solução que conduza o povo brasileiro a divisões incompatíveis com a sorte das instituições livres.

Homem de pensamento socialista, porém marcadamente democrático, analiso sem constrangimento essas posições extremas para denunciá-las em momento como o presente. Os que aspiramos a transformação da estrutura social e econômica do País, os que aderimos a renovação de sua mentalidade, os que pleiteamos a criação de instituições compatíveis com as mudanças imperiosamente proclamadas depois da Segunda Grande Guerra, emprestamos apoio a todas as medidas de progresso, a todas as reivindicações que conduzam a reformas de base, a todas as decisões que impliquem em segurança para o povo, bem-estar, redução das desigualdades, garantia da liberdade sem privilégios. Mas, pleiteando tais reformas, não aceitamos as interpretações dos que, em nome de uma falsa solução de extremismo, advogam as medidas de

catástrofes, quer estejam no Governo, quer fora dele.

No quadro da atual crise brasileira, nenhuma de nos é ingenua para negar que, em meio às manifestações estudantis, peretram sempre elementos estranhos a classe e que buscam desviar de suas diretrizes a juventude brasileira. Mas, é uma falsidade também dizer-se que esse fenômeno se opera no momento apenas. Essa penetração sempre se deu, desde que se caracterizou, na sociedade brasileira, um movimento de diferentes tendências de pensamento. Era eu ainda estudante e todos sabiam que não havia movimento político de maior intensidade a que não estivessem presentes elementos estranhos ao meio estudantil. Nem o fenômeno é peculiar ao Brasil. É fato corrente em todas as sociedades em que a diversidade de pensamento político se divide na gama em que as cores marcam os limites do pensamento.

Não há de ser razão, portanto, a possível presença de elementos estranhos aos meios estudantis, neste instante, entre as manifestações ocorridas no País, para que autoridades queiram caracterizar os movimentos estudantis como fontes de subversão e com objetivos marcados de perturbação da ordem social e política. Cumpre às autoridades o dever da vigilância, da observação, para fazer as discriminações necessárias, respeitadas a legalidade vigente.

De mais, cumpre fazer uma outra observação.

Se é verdade que elementos estranhos ao meio estudantil se infiltram nas suas manifestações, também exato é que a juventude brasileira chegou a uma fase de fixação de idéias e de tendências que não permite a mudança de seus objetivos pela interferência de grupos estranhos. Os seus determinações e as suas esperanças.

Se o governo brasileiro deixar o ambiente sombrio dos palácios e for às escolas, às universidades, às praças públicas sondar profundamente os anseios da mocidade, as suas reivindicações, os motivos de sua insatisfação, verificara que não há força armada nem policial capaz de impedir as rebeldias da juventude.

Poderão tombar, como já tombaram, estudantes. Poderão ser presos ou submetidos a processos. Mas ninguém se iluda: a reação da juventude não é um movimento circunstancial, não é uma onda de entusiasmo ou de resistência a determinados fatos presentes. Fatos e circunstâncias atuais concorrem, possivelmente, para agravar a inquietude do meio estudantil e emprestar-lhe vivacidade, que não teria, seguramente, se o País estivesse vivendo os quadros de uma ordem normal e se não houvesse estabelecido um profundo e lamentável vazio entre o pensamento renovador da mocidade e os quadros decadentes da política dominante.

E quando falo em quadros decadentes da política dominante não me refiro apenas aos atuais detentores do poder. Esses quadros são as forças preponderantes da ordem político-econômica, como da ordem social, que estão insistindo em manter desigualdades e privilégios que toram fortuna de gerações passadas, mas que já se tornaram, ou se estão tornando, veículos de tempestades num mundo marcado por profundas transformações.

Deixe o Governo, dizia, os salões sombrios das casas oficiais, não se limite a ouvir o pensamento faccioso dos seus agentes de informação, quase imbuídos de mentalidade policial, e vá, direto e certo, sem intermediários, ao encontro da mocidade. Se o Governo proceder com espírito de tolerância e compreensão, não se enfraquecerá perante a mocidade nem se diminuirá diante da opinião pública.

Forte é o Governo capaz de, na grandeza do poder, revelar a humil-

dade que se traduz no contraste de opiniões, que só este contraste permite resolver as profundas divergências de espírito, de compreensão, de poder, de privilégios.

O Sr. Mário Martins — Permite-me V. Exa. um aparte? (Assentimento do Orador) — Quando V. Exa., falando com a autoridade que a Nação inteira lhe reconhece, apresenta o caminho que o Governo deveria seguir, qual seja o do diálogo com a mocidade, tomo a liberdade de apartear V. Exa. para citar como foi a ação do Governo em matéria de contacto com a mocidade estudiosa. Não vamos, aqui, fazer uma política de erros, de equívocos, de desacertos; basta citar uma das nomeações feitas pelo Governo para ver como raciocinava, face ao problema. Quem é que o Governo foi escolher, numa hora delicada, para ser uma espécie de superministro, o homem que iria tratar dos problemas do ensino com a mocidade? O então Coronel e hoje General, Meira Matos. Qualquer um de nós, inclusive membros da ARENA com os quais conversei, jornalistas do Governo, todos acharam que essa imprudência tinha qualquer coisa de acinte, de escárnio, de desafio, que parecia, até, aquela célebre indicação que fez o então Presidente Getúlio Vargas quando nomeava o Coronel "Beijo" Vargas para a Chefia de Polícia no Rio de Janeiro. Todos sentiam que havia sido uma desastrosa indicação, naquela época como foi nesta. Lá disse defendi, aqui, o Ministro da Educação. Para se ter uma idéia de como raciocina o Ministro da Educação, S. Exa. vinha do Rio para Brasília quando os acontecimentos estavam começando a crescer. No próprio aeroporto teve oportunidade de conversar com S. Exa. e S. Exa. achava que nada tinha importância porque ele teria que ir a Pórtio Alegre participar de solenidades. Mas o que é grave é a frase que S. Exa., o Sr. Ministro da Educação — não se trata de um chefe de segurança policial, mas do Ministro da Educação — disse, ao se referir aos incidentes no Restaurante do Calabouço: "Estudante é estudante na aula, fora do colégio é caso com a Polícia". Ora, quando o Ministro da Educação faz essa declaração de que estudante fora da escola, deve ser tratado pela polícia, parece que não há necessidade de se acrescentar mais coisa alguma. De outra parte, ouvimos um Secretário da Justiça do Estado da Guanabara, o Sr. Cotrim Neto, a propósito do estudante morto, naquela hora de dor mais profunda, declarar: "Ora, não se trata de um estudante, porque era apenas um rapaz que cursava o art. 99. "Quer dizer, um rapaz pobre, humilde, que veio do Pará, que não teve o curso ginasial e se valeu da lei para estudar e se sacrificou desta maneira, então, não deve ser considerado estudante, porque estudante para S. Exa. seriam os filhos de papai, os meninos da classe média. Vê V. Exa. que os elementos que estão no diálogo não querem o diálogo, não têm compreensão, não sabem o que são estudantes, quer em se tratando do Ministro da Educação, quer de um Secretário de Justiça, como é o Sr. Cotrim Neto. E o Governo em vez de escolher um educador, um homem de pensamento para lidar com as Universidades, manda o então Coronel... a quem que mereceu a sua promoção, pouco depois, para tratar de problema tão complexo. E tanto o Governo compreendeu que não era ele o homem indicado, que logo depois, o traz para dirigir toda as polícias militares, no reconhecimento tácito de que a sua formação era, realmente, policial. V. Exa. tem bastante razão. O que está faltando é inteligência ao Governo, alguém com inteligência e autoridade — porque não duvidamos dos bons sentimentos da maioria dos homens do Governo. Dai, quando V. Exa. faz essa recomendação, eu quase que ba-



calaria a conchamar: é preciso inteligência para tratar o assunto, inteligência para debater com a mocidade. É preciso saber onde estão essas inteligências; que tenham coragem para se manifestar.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Para o diálogo que defendemos, Srs. Senadores, precisa o Governo, evidentemente, antes de tudo — como ainda agora salienta o nobre Senador Mário Martins — de proceder com inteligência, o que pressupõe espírito de compreensão e de grandeza.

Sei — e não estaria sendo sincero ao Senado se não o dissesse — que o diálogo não é fácil. O Governo não encontrará condições tranquilas de entendimento com a classe estudantil no País.

Por que não o encontrará? Por que a mocidade seja rebelde ao entendimento? Por que seja irredutível a compreensão? Não, Sr. Presidente. O que ocorre é que, há anos seguidos, — e não apenas a partir de 1964 — há anos seguidos a mocidade vem em divergência e em luta com as classes política e econômica dominantes no País. Há um desajustamento entre as aspirações dos jovens, suas reivindicações, suas necessidades, e as determinações e as soluções das elites dirigentes.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Ex. um aparte (Assentimento do orador) — Senador Josaphat Marinho, interrompo seu discurso porque desejo nele acrescentar algumas palavras às considerações que fez o Senador Mário Martins, repetindo por sinal, o que declarei à imprensa do Rio de Janeiro, pouco antes de viajar para Brasília. Naquela hora de auto e de dor, com toda a Nação brasileira traumatizada ante o hediondo assassinato de um garoto de dezessete anos, o Secretário de Justiça da Guanabara pressou as declarações a que se referiu o Senador Mário Martins, com absoluto desprezo por uma vida humana, pela vida de um jovem, como se o fato de esse jovem não ser estudante, diminuisse a gravidade do crime. O caso não causa grande espanto, não. E foi isso que eu acentuei a imprensa carioca. O Sr. Cotrim Neto foi figura integralista de maior destaque. Na hora em que os nossos patriotas estavam morrendo, nos campos de batalha da Itália, defendendo a democracia e a liberdade, o Sr. Cotrim Neto estava aqui, juntamente com seus outros correligionários nazistas indígenas, pedindo, desejando, ansiando a vitória do nazismo, porque ele era, como muitos outros no País, o representante nativo do nazismo. Lamentavelmente, a um homem com tal formação política, se entrega uma Secretaria da importância da Pasta da Justiça do Estado da Guanabara.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — O diálogo, dizia, não é fácil, quer pelos fatos a que me referi, quer pelas circunstâncias que resultam dos esclarecimentos ainda agora trazidos ao debate pelo nobre Senador Arthur Virgílio. E não são de hoje os fatos determinantes dessa contraposição entre estudante e Governo, entre mocidade e elites dirigentes.

Quando, porém, a crise sobe de gravidade, de consequências, como neste instante, cumpre aos que têm parcela de autoridade não pensar, apenas, em termos de exercício do poder, mas de erradicação das causas determinantes do conflito.

Ainda hoje, um jornalista de oposição, mas que se vem caracterizando por oposição moderada, o Sr. Danton Jobin, salienta, com profunda agudeza, que a ordem na rua não é paz. E diz a verdade. Não basta o Governo montar um dispositivo de segurança militar, nas principais ruas das grandes cidades, se tal medida não afasta as razões da divergência nem se pode transformar em providência permanente e de rotina, como forma de

manter a tranquilidade da família brasileira.

A crise é de estrutura e de mentalidade. Ao atual Governo, provindo de um movimento revolucionário, cabe responsabilidade maior do que aos anteriores, no processo de eliminação das causas dominantes da rebeldia permanente da juventude brasileira.

Sendo o Governo atual, por sua natureza e por sua origem, fundado, essencialmente, nas forças militares, não pode temer movimentos de jovens desarmados, ainda que, eventualmente, contando com a participação de pessoas estranhas às escolas e às universidades.

O Governo proclama que tem dispositivo de segurança que lhe basta para manter a ordem no País. Que cuide, então, de entrar, profundamente, na análise das condições, das causas, dos motivos determinantes da insatisfação constante da juventude.

Diz-se-a que a juventude extravasa, por vezes, formulando exigências descabidas. É possível. Mas, assim o faz a juventude empolgada por seus problemas, angustiada por suas dificuldades, em estado de rebeldia, diante da injustiça e da iniquidade. Veja-se, por exemplo, que o motivo próximo, determinante do movimento que se desencadeou na Guanabara e referente ao funcionamento do restaurante do Calabouço não encontrou, até aqui, quase uma semana decorrida de perturbações na vida do País, uma explicação razoável, nem ao menos uma autoridade que assumisse a responsabilidade das falhas e das deficiências apontadas pelos estudantes. Ve-se, antes, um lamentável procedimento de irresponsabilidade em que o Governador da Guanabara desloca a responsabilidade para o Ministério da Educação e este, por sua vez, a transfere para a COBAL. E enquanto esse procedimento contraditório se desdobra, não há ninguém, em qualquer das esferas do Governo, que assumia a responsabilidade dos erros mas, sobretudo, que adote uma atitude corretiva das falhas proclamadas e não negadas.

Tem o aparte o nobre Senador Mário Martins.

O Sr. Mário Martins — Sr. Senador Josaphat Marinho, gostaria, neste momento, de dar um depoimento, para todo o Senado, com relação à parte inicial dos incidentes. E o faço admito, com a minha autoridade ou responsabilidade de sr. precisamente, um dos três Senadores da Guanabara nesta Casa. Todos recordamos quando o Governador, desejando melhorar a parte urbanística da cidade e o tráfego, resolveu por abaixo um antigo pardiêiro chamado Restaurante do Calabouço. Isto foi há oito meses. Arranjaram, de emergência, uma outra construção precária que não resistiu, sequer, a oito meses; e, quando fui ao Palácio Guanabara, acompanhado de outros parlamentares, como intelectuais, artistas, sindicatos, estudantes, na noite que precedeu a estes últimos acontecimentos, o Governador fez questão, por duas vezes, ele que não é um homem que prima neste estilo de colocar as cartas claras sobre a mesa, disse, primeiro, que o assunto não era com o Governo da Guanabara e segundo, que a responsabilidade de tudo era do Cel. Meira Mattos. Quero chamar atenção para o fato de que, as pessoas que ficam um pouco trabalhadas por determinada propaganda, então, começam a admitir que os rapazes do Calabouço, através do trabalho que vinham desenvolvendo, estariam em função de forças internacionais. Chegou-se a dizer que eles destruíam a bandeira do Vietcong. Vários representantes do Governo o disseram. Confesso que não conheço a bandeira do Vietcong. E acredito que ninguém aqui a conheça. Mas a bandeira desses rapazes, uma faixa branca outra vermelha, tem como símbolo, traduzindo e refletindo

as reivindicações, que são as mesmas, uma faca, uma colher e um garfo. Essas armas, esses talheres na bandeira dos rapazes, que têm uma república para comer, foi logo transformada em bandeira do Vietcong. Como tal, determinadas autoridades passaram a tratar os rapazes como se eles tivessem, atrás de si, grandes exércitos vitoriosos, quando eles queriam, apenas, com o garfo, com a faca e com a colher pedir melhores condições de pedir melhor comida. Devo dizer que, nesta parte, no que se refere ao restaurante do Calabouço — e vários jornalistas já fizeram reportagens sobre isso — há três, quatro, cinco, sete mil estudantes dependendo da afluência escolar, então eles próprios fazem sua triagem, para ver os que estão em pior situação econômica e que precisam comer. De modo que um simples fato nascido dentro de um barracão de estudantes, onde eles comem, querem transformar num desafio a todo o regime militar do presente. Na verdade, devo declarar que tive contato com vários estudantes líderes, eu e outros Senadores que tomamos responsabilidade na representação do povo da Guanabara e posso garantir que não houve a menor infiltração no sentido de outras correntes sobre eles. Ao contrário, E vou dizer por que. Eles estão, realmente, numa determinação que honra este País. Hoje estou convencido de que o Brasil não vai desaparecer porque sua mocidade não está passiva. Quando antigos políticos, líderes sindicais chegavam e alertavam que poderiam ser consideradas como capazes de exercer influência sobre eles, para pedir indiretamente, com prudência, para mostrar-lhes a situação de sacrifício a que teria de se submeter, ninguém tinha a menor influência sobre eles porque eles estão determinados a cumprir, com o dever de uma geração que se afirma no Brasil, que se afirma nos Estados Unidos e que se afirma contra o Governo da Polónia, contra o Governo da Tcheco-Eslavaquia. Vimos recentemente o Governo da Tcheco-Eslavaquia fazer uma inteira modificação de sua posição. Esse próprio Governo Comunista, fazer abertura a favor da pressão da mocidade "tcheca" para que houvesse mais liberdade e pressão, na Tcheco-Eslavaquia — essa mesma mocidade, que, na Tcheco-Eslavaquia, regime nitidamente comunista, consegue comover o Governo comunista, essa mesma mocidade, democrática em outros países, está atuando. E aqui, o que é preciso é encontrar alguém que se comova com ela. Para não me alongar — eu pretendia usar da palavra mas acredito que não vá até essa oportunidade — eu gostaria de, para terminar o meu aparte citar outro caso que nos deve levar à meditação. Enquanto tudo isto está acontecendo no Brasil, vimos ocorrer nos Estados Unidos, nas últimas 48 horas: o Presidente da República, Senhor Lyndon Johnson, compreendendo que, realmente, a sua futura candidatura iria dividir a Nação, faz uma proclamação neste sentido, ele que tinha, praticamente, maioria dentro do Partido, para que, segundo disse o Presidente dos Estados Unidos, não se tenha que governar uma nação dividida. Pois bem, um homem com tais possibilidades, em dado momento, renuncia o seu futuro para que a Nação não fique dividida. Pergunto: e aqui, no Brasil, quem é que já levantou, no Governo, uma ideia desta ordem de renunciar alguma coisa de si em favor de uma pacificação, em favor da paz no País? O que está havendo não é absolutamente, a interferência estrangeira sobre a mocidade. A mocidade está lúcida, a mocidade está corajosa, a mocidade está disposta a pagar o seu tributo. Agora, cabe-nos evitar que ela venha a pagar esse desnecessário tributo de sangue e de vida.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Os fatos oriundos do funcionamento do restaurante do Calabouço e aos quais se referiu, em pormenores, o nobre Senador Mário Martins, são sem dúvida importantes, porém representam apenas um incidente no curso de grave crise e de repetidos acontecimentos na luta entre os estudantes e o poder político e educacional do Brasil.

Esses fatos, por sua gravidade, refletem a falta de percepção por parte do Governo, a inabilidade do procedimento das autoridades supostamente responsáveis, por bem dizê-lo, a incompetência no trato de uma questão que penetra fundo nas origens, no conflito de mentalidade e de reivindicação de direitos no Brasil.

E, se o Governo atentar na particularidade a que se referiu o nobre Senador Mário Martins e a que já me havia reportado de início observará que é possível que, nos grandes movimentos de rua, elementos estranhos penetrem, como sempre penetraram. Mas o que cumpre ser assinalado é que a mocidade tem o seu caminho fixou a sua diretriz e não se afasta desse rumo, nem pela pressão do poder político militar dominante, nem sob as inspirações da classe política em geral, nem mesmo das que, à semelhança de nós outros, nos encontramos na oposição.

Não há grupo político neste instante no Brasil, que fixe rumos para a sua juventude. Ela fixou as suas diretrizes e quer seguir-las, para alcançar os objetivos previstos. O que cumpre, portanto, aos homens de Governo, responsáveis pela evolução do País, por sua tranquilidade por seu bem-estar, é encontrar aquele estado de compreensão, de análise dos problemas pelo diálogo, a fim de que as divergências de uma geração não se convertam nos motivos permanentes de conflito entre várias gerações e o poder político.

Um homem insuspeito à revolução como o Sr. José Américo de Almeida, num trabalho incluído em livro editado pelo Exército sobre a revolução de 64, observa que toda revolução tem duas fases iniciais: o expurgo e a formação de novos quadros.

E de crer-se que, quatro anos decorridos, o movimento militar de 64 haja ultrapassado a fase dos expurgos. Seguramente, porém, não iniciou a fase de formação de novos quadros.

Não há renovação de valores não há criação de novas lideranças, não se abre uma perspectiva às novas gerações, oferecendo-se-lhes oportunidade de participar na direção da vida do país, na fixação de seus caminhos para o futuro.

O Sr. Mário Martins — Não lhes oferecendo sequer oportunidade para estudar, porque vemos nas diferentes Faculdades que alunos eram aprovados e as vagas insuficientes. Como explicar aos jovens este fracasso que a todos nós pertence?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Ao contrário disso, os motivos de divergência apurados no passado próximo e remoto se estão agravando com a multiplicação de novas causas, quer as referentes às deficiências do ensino, inclusive quanto ao número de matrículas, quer as concernentes ao tratamento dado à juventude.

Neste particular, é de extrema gravidade o que se está verificando. Não é que os estudantes antes não tenham sofrido violências policiais. Sofreram-nas em diferentes momentos na história política deste país, inclusive depois de 46.

Agora, porém se está criando um espírito de afronta ao exercício, pela mocidade, do seu direito de protesto, de reclamação.

Aquilo que se disse antes de 1930, com relação aos movimentos operários se está querendo afirmar agora quanto aos estudantes, como se fosse

ível resolver um problema social, ético e de caráter educacional, o em que se encontram envolvidos os estudantes, por simples medidas policiais.

Nenhum de nós, ainda que seja o is radical adversário do Governo, vai negar a prerrogativa de deter sua autoridade e, quando lhe seja necessário, dispor da força a garantir a ordem pública.

Isso é disso que se trata. O de que cuida é de pedir ao Governo que resolva o problema na sua profundidade. Se for preciso, mude os seus desenhos, que Governo não se constitui para manutenção de homens inaptos no poder, mas para escolha mais indicados à solução dos problemas coletivos. Se for preciso mude os seus quadros, que os altere; de que o faça para encontrar as ações mais justas, o Governo cresça na opinião do País. O Governo contaria, então, mais respeito da parte daqueles que dele divergem, imar em manter um quadro administrativo que se está revelando inepto para as soluções de emergência e para soluções de profundidade, não incha a força mas, fraqueza. Não é sero nem tranqüilo o Governo que ante o vendaval procura ignorar a força da tempestade. Ninguém enfrenta tempestade buscando negá-la. Mas, o atual Governo e não quero zer que o faça de má fé, ou se está agarrando para ganhar tempo, ou está sendo enganado por seus informantes.

Ainda nos últimos dias o Sr. Ministro do Exército — que dali, daquela tribuna, se revelou um homem seguro nas suas informações, baixou *Ordem do Dia* proclamando que a Nação estava em perfeita ordem e todos trabalhando tranqüilamente a serviço do engrandecimento geral.

Mas, precisamente no instante em que o responsável maior pela segurança do Governo assim afirmava, o Presidente da República se deslocava para o Estado de Minas Gerais, e os seus elementos de segurança mudavam o trajeto do carro presidencial afastando-o dos pontos de penetração na cidade, para evitar manifestações de repulsa da população.

Que ordem é esta? Que tranqüilidade é esta? Que trabalho em comum é esta, a serviço do País, quando o Presidente da República não se sente tranqüilo para entrar numa capital de um Estado e no momento em que se deslocava não para uma visita de cortesia mas para instalar um estabelecimento importante para a economia do País, como uma das refinarias da PETROBRAS? Que segurança é esta? Que tranqüilidade é esta, três dias depois, quando sacerdotes eminentes, dentro da catedral de Goiânia, buscavam contornar as dificuldades do conflito entre estudantes e Governo, a Igreja é invadida por elemento que foi reconhecido como da polícia civil, acompanhado dos que desferiram tiros contra a mocidade, atingindo as próprias paredes da nave? Que ordem é esta? Que tranqüilidade é esta? Que segurança é esta, em que até Arcebispos, que estão ajudando o Governo, têm desrespeitada sua autoridade e vêem profanado o templo em que, em nome de uma boa educação política e do sentimento cristão, buscavam conduzir a mocidade a uma solução de paz?

O Sr. Mário Martins — O que nós observamos, com a citação desse vetustório caso ocorrido em Goiás, é que, pela primeira vez, na História do Brasil, se presencia coisa igual, de sicários invadirem uma igreja e tentar matar, na nave central, junto ao altar principal, jovens que estavam conversando com o Arcebispo. Nem os piores bandidos a tal se têm atrevido, mesmo os bandidos que se instalam na Polícia atualmente, ou os do passado. Sempre houve o respeito. A porta de uma igreja não havia nin-

guém, sicário algum capaz de transpor a para dar margem à sua sede de sangue, de ódio. Por que isso ocorre? Nenhum de nós é capaz de atribuir ao Presidente da República, ao Ministro do Exército ou ao próprio Governador de Goiás, recomendação dessa ordem. Qual é, então, a tradução? É que a desordem implantou-se dentro do Governo, que já não tem capacidade de manter a hierarquia, pela qual e em nome da qual se diz foi feita uma revolução. Senhores Senadores, na noite do conflito na Guanabara, depois de 19 horas, deixando o Senado justamente para percorrer, como era de meu dever, as regiões mais atingidas pelo conflito, assisti a soldados, em grupos de cinquenta, sessenta, setenta, oitenta ou cem saírem caçando pessoas. Atrás deles observei, não havia suboficiais sequer para comandá-los. Então, era realmente a subversão. Não havia um oficial naquelas ruas ou adjacências para controlá-los. E, segundo soube, o único, oficial, em outro local, que o quis fazer, quase foi linchado pelos soldados. Dir-se-á: porque os soldados estão imbuídos de uma boa causa. Não! É porque realmente estamos diante da quebra da hierarquia. O que grave, segundo depoimento que me foi prestado, hoje, por uma das figuras mais representativas deste Governo e da ARENA, e cujo nome não estou autorizado a citar, porque se trata de diálogo com uma autoridade superior militar, aqui o que o impressionou, segundo palavras dele e segundo ele teria declarado a esse general, é que há oficiais superiores que estão agindo como se fossem oficiais inferiores; que não compreendem que o general tem um papel político de atuar, não é um homem apenas para receber ordens. É um homem para estruturar, raciocinar politicamente com seus companheiros e abrir diretrizes, abrir caminhos novos. Então, esse membro da ARENA veio, surpreendido desse contato e fez ver a esse general que ele estava raciocinando como se fosse um simples tenente que tivesse de cumprir ordens ou honrar uma ordem superior. Então, vemos que está faltando alguma coisa mais, além de inteligência. Está faltando, dentro do próprio Governo e dentro das forças militares que o apoiam, aquilo pelo que eles anunciaram que era necessário fazer-se uma Revolução: a preservação da hierarquia, da ordem entre eles. E o que vemos é generais com medo de assumir responsabilidades políticas. Um general tem que atuar politicamente; ele é homem de Estado-Maior, e não deve limitar-se a receber papeletas em envelope fechado, e cumpri-las. Assim, vemos que, na verdade caminhamos para a subversão hierárquica dentro do Governo. Quando se assiste a dois, três ou quatro mil soldados, em diferentes magotes, cassinetes empunhados, a perseguir mulheres e crianças, sem uma voz de comando para detê-los e guiá-los, conclui-se que o Governo não tem a força que quer fazer crer que possui e é neste sentido que nos devemos mobilizar. Ninguém quer jogar mais lenha na fogueira, queremos que haja luzes do lado de lá.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Se há falta de luzes do lado de lá, como assinala o nobre Senador da Guanabara, nem por isso desejamos que permaneçam na escuridão.

O que esperamos é que o Governo se reencontre com a Nação, com a sua mocidade e adote caminhos e fórmulas capazes de reduzir as divergências presentes já que não lhe podemos pedir que solucione definitivamente todos os graves problemas em período tão curto.

Mas, se há procedimento por informação errônea, se há equívoco de interpretação em determinadas áreas, em outros sítios do Governo domina um espírito de intolerância e de vio-

lência incompatível com a vida de povos civilizados.

A nota divulgada, ontem, pelas estações transmissoras e, hoje, publicada nos jornais, em nome da Prefeitura do Distrito Federal, é um desrespeito à educação do povo brasileiro e, particularmente, um desrespeito a este Senado, que aprovou o nome do Prefeito para o exercício do cargo que ocupa.

A nota não é um comunicado oficial, não é uma declaração de diretrizes, não é um apelo à serenidade; a nota é uma ameaça a estudantes e a não estudantes, é uma exorbitante manifestação de força, que não amedronta ninguém, pois o povo brasileiro já alcançou uma fase de penetração de seus direitos, em que o abuso do poder não lhe tira a soberana decisão de pensar e de agir em defesa de suas prerrogativas. Nessa nota de descomedimento tudo e todos são ameaçados na cidade. É como se as autoridades do Distrito Federal governassem todos os departamentos da administração pública. Nela se diz que nenhuma reunião será permitida, "até mesmo no 'Campus' da Universidade de Brasília. É a subversão da ordem, a que se referiu o nobre Senador Mário Martins, pois que a Universidade é um departamento administrativo autônomo, do Poder Federal, sob a chefia de um Reitor responsável por seu destino por seu funcionamento, por tudo quanto nela ocorre. Vale dizer, portanto, que sem o apelo do Magnífico Reitor, nenhuma autoridade e nenhuma outra força poderia penetrar no círculo da Universidade senão pelo abuso de autoridade, pelo abuso de força. E acreditamos, mesmo, que esse abuso só não se verificou porque, por iniciativa de alguns Senadores, entre os quais o nobre Senador Mário Martins não faltou com sua interferência expedita e prudente, o nobre Presidente desta Casa, Senador Gilberto Marinho. Cumprimos, assim, de nossa parte, como um dos órgãos integrantes dos poderes constitucionais do Estado, o nosso dever.

O Sr. Mário Martins — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Mário Martins — Minha participação, neste debate, tem sido e, acredito, venha no ritmo, quase que exclusivamente, de depoimentos. No momento, cabe-me oferecer mais um. Reunidos, no Gabinete do Líder da Oposição, no Senado, depois de mantermos contato com o Presidente da Casa, o Reitor e outras autoridades, no sentido de evitar a chacina anunciada naquele documento, fomos surpreendidos com o seguinte e grave fato: o Líder do MDB, Senador Aurélio Vianna, comunicou-se com o Prefeito, estranhando que, tendo ele sido empossado com certa responsabilidade da parte do Senado, estivesse atuando desta maneira dando a público uma nota neste tom. Então, o Prefeito da Capital da República informa ao Líder da Oposição que o documento não era seu, tinha sido divulgado, oficialmente, pelo seu Gabinete, como se tivesse sido escrito por ele. Na verdade, havia sido redigido por uma autoridade policial ou militar. É pois a subversão a que aludia há pouco. Um subalterno do Prefeito, pelo fato de exercer função policial ou militar, redige, em nome do Prefeito, uma proclamação desta ordem, divulga-a pela imprensa, rádio e televisão, alarma o Brasil inteiro, põe em pânico crianças e jovens que estão na Universidade e põe em pânico a família de toda Brasília, para depois dizer que foi à sua revelia, sem o seu conhecimento, com autoria falsa que esse documento foi divulgado, durante horas, oficialmente. Se há um pormenor para caracterizar a subversão no Governo, na administração, na hierarquia este é mais um. E para esclarecer o assun-

to, espero que o Senado convoque o Prefeito, que hoje exerce o poder com anuência nossa, a fim de S. Excelência dizer se realmente foi ele quem redigiu o documento ou se alguém o fez em seu nome.

E se há alguém que o está tutelando que tenha coragem, pelo menos, para largar o lugar, se assim for.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Do exame desses fatos e circunstâncias, senhores Senadores, não desejo concluir pela responsabilidade apenas dos atuais detentores do poder. Cabe uma parcela de responsabilidade a quantos no País são detentores de poder político, de poder social, de poder econômico, na medida em que não estejam concorrendo para suprir, a serviço do futuro do País, as graves divergências entre as aspirações da mocidade e a realidade dos dias presentes.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite um aparte? (Assentimento do orador) — Eu apenas queria acrescentar, às considerações que V. Exa. faz a respeito dessa nota atribuída à Prefeitura do Distrito Federal, um comentário que ouvi na manhã de hoje, na presença do Senador Edmundo Levy, de um jovem estudante da Universidade de Brasília. Ele me indagava: "Como Senador será possível esse diálogo de que se fala se não nos permitem sequer que nos reunamos para debater as reivindicações dentro do campus da Universidade? Não recusamos absolutamente o diálogo. Indignados com esse assassinio fric e brutal de Edson Luiz, na Guanabara, não estamos absolutamente interessados em badernas o que queremos é protestar, clamar para que o fato não caia no esquecimento e os criminosos não sejam punidos. Mas como se dentro da Universidade não nos podemos reunir?"

O Sr. JOSEPHAT MARINHO — Como dizia, Sr. Presidente, não apenas os eventuais detentores do poder são responsáveis pela crise e por suas consequências. Cabe uma parcela de responsabilidade a toda a comunidade nacional, sobretudo de parte daqueles que detêm poder político, poder social e poder econômico. Ao Governo, entretanto, cabe a responsabilidade maior e atual, porque detém por igual, a capacidade de iniciativa e os meios de encaminhamento das soluções adequadas.

Não há de pretender o Governo reduzir-se às medidas policiais, que são transitórias, apenas impeditivas, se possível, dos acontecimentos presentes, não são bastantes nem adequadas para corrigir as distorções, os equívocos, os erros que estão determinando o divórcio entre a mocidade e as classes dirigentes.

Também atente o Governo em que não lhe será lícito, cedendo aos mais exaltados dentro do seu quadro, aos mais rancorosos ou aos mais reacionários, transformar uma crise entre estudantes e o Governo em motivo para soluções que possam enfraquecer ainda mais o já inseguro sistema de direitos, garantias e liberdades existente no País.

Não há razão para o anúncio de soluções de emergência, não há motivos que justifiquem providências de exceção, quer pela segurança militar que o governo detém, quer pelo quadro legal dentro do qual exerce sua autoridade.

O Governo dispõe dos meios para manter a ordem sem gerar maior desequilíbrio para a vida política e social do País. Basta que se disponha a agir com clareza, com espírito de compreensão e de tolerância. Ao invés de atender aos reclamos da truculência policial de muitos que o envolvem, proceda o Governo segundo a sabedoria de Albert Camus: "a arte aproxima, onde a tirania separa". (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SENHOR SENADOR DINARTE MARIZ PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

## COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Adalberto Sena  
José Guimard  
Edmundo Levi  
Milton Trindade  
Lobão da Silveira  
Sebastião Archer  
José Cândido  
Siegfredo Pacheco  
Luiz de Barros  
Pereira Diniz  
Rui Palmeira  
Dylton Costa  
Aloysio de Carvalho  
Eduardo Catalão  
Eurico Rezende  
Paulo Torres  
Vasconcelos Torres  
Aurélio Vianna  
Milton Campos  
Nogueira da Gama  
João Abrahão  
Filinto Müller  
Mem de Sá

### O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Terminada a hora destinada ao Expediente. Há uma comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte

### COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente:

Na forma regimental, indico a Vossa Excelência o nome do Deputado Nadyr Rossetti para integrar a Comissão Mista incumbida de estudo dos "problemas agropecuários", em substituição ao Deputado José Mandelli.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1968. — Paulo Macarini, no exercício da liderança do MDB.

### O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Fica, assim, designado o Sr. Deputado Nadyr Rossetti para substituir o Sr. Deputado José Mandelli na referida Comissão Mista.

### O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Passa-se à

### ORDEN DO DIA

Item 1:

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1968 (nº 845-B de 1967, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre medidas financeiras referentes à arrecadação da Dívida Ativa da União, juros de mora nos débitos para com a Fazenda Nacional e dá outras providências, tendo Parecer favorável, sob nº 267, de 1968, da Comissão — de Finanças, com as emendas que oferece sob números 1-CF, 2-CF, 3-CF e 4-CF.*

Em discussão o Projeto e as emendas. (Pausa).

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-los, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram conservar-se como se encontram. (Pausa).

Está aprovado.

Em votação as emendas.

Os Srs. Senadores que as aprovam, queiram conservar-se como se encontram. (Pausa).

Estão aprovadas.

O projeto vai à Comissão de Re-

E' o seguinte o projeto aprovado:

### PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 14, DE 1968

(Nº 845-B-67, na Casa de origem)  
*Dispõe sobre medidas financeiras referentes à arrecadação da Dívida Ativa da União, juros de mora nos débitos para com a Fazenda Nacional, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O pagamento da Dívida Ativa da União, em ação executiva (Decreto-Lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938), será feito com a atualização monetária do débito, na forma da lei, e o acréscimo dos seguintes encargos:

I — juros de mora previstos no artigo seguinte;

II — percentagens devidas ao Procurador-Geral e Procuradores da Fazenda Nacional, bem como aos Procuradores da República ou Promotor Público, que serão calculadas e entregues na forma do art. 21 da Lei número 4.439, de 27 de outubro de 1964, com as modificações constantes do art. 32 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967;

III — custas e despesas judiciais. Parágrafo único. As percentagens referidas no item II, somente farão jus os titulares dos cargos não refreados, excluídos do benefício os servidores requisitados ou postos à disposição dos órgãos da Procuradoria da Fazenda Nacional ou das Procuradorias da República.

Art. 2º Os débitos, de qualquer natureza, para com a Fazenda Nacional, serão cobrados, na via administrativa ou na judicial, com o acréscimo de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, contados do vencimento e calculados sobre o valor originário.

Art. 3º Ficam revogados o artigo 6º da Lei nº 4.155, de 28 de novembro de 1962, a multa moratória de 10% (dez por cento) de que trata a alteração 8ª do art. 1º da Lei número 3.520, de 30 de dezembro de 1958, o art. 27 da Lei nº 2.862, de 4 de setembro de 1956, e o art. 443 do regulamento aprovado pelo Decreto nº 58.400, de 10 de maio de 1966.

Art. 4º Ficam cancelados, arquivando-se os processos administrativos ou os executivos fiscais correspondentes, os débitos existentes para com a Fazenda Nacional, na data da publicação desta Lei, de valor originário até NCr\$ 100,00 (cem cruzeiros novos).

Parágrafo único. Os executivos de que trata este artigo serão arquivados mediante despacho, ex officio, do juiz, cliente o representante da União em juízo.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por valor originário o que corresponda ao total do débito, excluídas as parcelas relativas à atualização monetária e aos encargos do art. 1º.

Art. 6º A anistia estabelecida no art. 8º do Decreto-Lei nº 326, de 3 de maio de 1967, alcança os débitos, inclusive em fase de cobrança judicial, concernentes à multa prevista no item VII do art. 29 da Lei número 4.505, de 30 de novembro de 1964, revogado pelo art. 15 da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966.

Art. 7º A declaração de devedor remisso será feita, na repartição fiscal competente, dentro do prazo fixado no art. 22, caput, do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

Art. 8º Nos casos de reclamações e recursos fiscais, bem como nos de ações judiciais, relativos a débitos para com a Fazenda Nacional, a garantia de instância, quando por meio de depósito, em dinheiro ou em títulos da dívida pública federal, será feita na repartição arrecadadora federal,

pelo valor monetariamente atualizado.

Parágrafo único. A penhora, nos executivos fiscais, deverá recair em bens que bastem para o pagamento do débito corrido monetariamente e dos encargos de que trata o art. 1º.

Art. 9º A participação, em cada exercício, no rateio das percentagens previstas no inciso II do art. 1º, não poderá ultrapassar o valor ou o vencimento anual do servidor, observado o disposto no § 2º do art. 35 do Decreto-Lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, com a nova redação dada pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 177, de 16 de fevereiro de 1967.

§ 1º O saldo eventualmente apurado, ao final de cada exercício, será convertido em receita da União.

§ 2º Até a definitiva instalação, em Brasília, do órgão central da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, as percentagens depositadas no Distrito Federal serão somadas às referentes ao Estado da Guanabara, para efeito de rateio exclusivamente entre os Procuradores da Fazenda Nacional e os Procuradores da República com exercício naquelas unidades federativas.

Art. 10. O item VI do art. 13 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, passa a ter a seguinte redação:

"VI — Fazer lavrar, no livro próprio da repartição competente, os atos relativos à aquisição, alienação, cessão, aforamento, locação, entrega e outros concernentes a imóveis do patrimônio da União, que terão força de escritura pública".

Art. 11. A exigência prevista no art. 62 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, será feita a partir de 1º de janeiro de 1968.

Art. 12. Fica revogado o art. 32 e seus §§ 1º a 5º do Decreto-Lei número 147, de 3 de fevereiro de 1967, e revogado o item IV do art. 104 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, cessando a aplicação do disposto no art. 105 do mesmo Decreto-Lei aos Procuradores da Fazenda Nacional.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

São as seguintes as emendas aprovadas:

#### EMENDA Nº 1 — CF

Suprima-se o parágrafo único do artigo 1º.

#### EMENDA Nº 2 — CF

O § 2º do art. 9º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 9º .....

§ 2º Até a definitiva instalação, em Brasília, do órgão central da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, as percentagens depositadas no Distrito Federal serão somadas às referentes ao Estado da Guanabara, para efeito de rateio entre os Procuradores da Fazenda Nacional lotados nas Procuradorias, naquelas Unidades federativas".

#### EMENDA Nº 3 — CF

Ao art. 1º, II, após as palavras "bem como", acrescente-se: "... aos Subprocuradores-Gerais da República ...".

#### EMENDA Nº 4 — CF

Acrescente-se ao texto do projeto o seguinte artigo:

"Revogados o art. 2º e seus parágrafos do Decreto-Lei nº 231, de 28 de fevereiro de 1967, e revogando o item IV do art. 27 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, fica este acrescido de mais um item, com a seguinte redação:

V — Assistente Jurídico do Ministério da Fazenda admitido, mediante prova de habilitação ou concurso, antes da vigência deste Decreto-Lei".

### O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico)

Item 2:

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1968 (nº 965-B, de 1963, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que extingue a taxa de imigração criada pelo Decreto-Lei número 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, modificado pelo Decreto-Lei nº 639, de 20 de agosto de 1938, tendo Parecer favorável, sob número 225, de 1968, da Comissão de Finanças.*

O projeto em tela figurou na Ordem do Dia da sessão de 28 de março, sendo dela retirado, em virtude de ter sido aprovado o Requerimento nº 301, de 1968, pelo qual o Sr. Senador Daniel Krieger solicitou adiamento da discussão da matéria a fim de ser feita na sessão de hoje. Está em discussão o projeto. (Pausa).

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação. (Pausa).

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. O projeto irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

### PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 24, DE 1968

(Nº 965-B-68, na Casa de origem)

*Extingue a taxa de imigração criada pelo Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no Território Nacional, modificado pelo Decreto-Lei nº 639, de 20 de agosto de 1938.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica extinta a taxa de imigração criada pelo Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no Território Nacional, modificado pelo Decreto-Lei nº 639, de 20 de agosto de 1938.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

### O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico)

Item 3:

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 29, de 1968 (nº 971-B, de 1963, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o regime de previdência social dos servidores e empregados das autarquias controladoras do exercício profissional, tendo Parecer favorável, sob nº 243, de 1963, da Comissão de Projetos do Executivo.*

Em discussão o Projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores deixar fazer uso da palavra, para discussão, dá-la-ei como encerrada. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

O projeto irá à sanção.



E o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
Nº 29, DE 1968

(Nº 971-B-68, na Casa de origem)

põe sobre o regime de previdência social dos servidores e empregados das autarquias controladoras do exercício profissional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O regime de previdência social dos servidores e empregados, Conselhos, Ordens e demais autarquias instituídas por lei para o exercício profissional, será o da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 28 de agosto de 1960), ficando derrogada, para esse efeito, a Lei nº 1.192, de 22 de julho de 1950.

Art. 2º As providências destinadas à regularização da situação do pessoal atingido pela presente Lei, inclusive a averbação de seu tempo de serviço anterior e o pagamento de contribuições ao mesmo referencial, serão determinadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, dentro de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei, omissos o Serviço Atuarial e o Departamento Nacional de Previdência Social.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE

(Pedro Ludovico)

Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33 de 1968 (nº 975-B-, de 1968, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, equipamentos destinados à importação pela Companhia Estadual de Telefones da Guanabara CETEL, tendo Parecer favorável, sob nº 226, de 1968, da Comissão de Finanças.

O Projeto figurou na Ordem do Dia da sessão de 28 de março; dele retirado em virtude da aprovação do Requerimento nº 302-68, pelo qual o Sr. Senador Daniel Krieger solicitou adiamento da discussão da matéria.

Em discussão o Projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, para discussão, dá-la-ei como encerrada. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O projeto irá à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
Nº 33, DE 1968

(Nº 975-B-68, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, equipamentos destinados à importação pela Companhia Estadual de Telefones da Guanabara — CETEL.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados para os equipamentos constantes da Guia de Importação nº DG-67-3.477, de 30 de janeiro de 1967, e Licença de Importação nº DG-67-8.310 — 8.090, de 13 de dezembro de 1967, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., importados

pela Companhia Estadual de Telefones da Guanabara — CETEL.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico)

Discussão, em turno único, do Decreto Legislativo nº 15, de 1968, originário da Câmara dos Deputados (nº 67-A, de 1968, na Casa de origem), que aprova o Decreto-Lei nº 351 de 7 de fevereiro de 1968, que dá nova redação ao artigo 3º do Decreto-Lei número 111 de 24 de janeiro de 1967, relativo à publicação dos quadros analíticos do Orçamento e à discriminação das despesas orçamentárias nos Balanços Gerais da União, tendo Parecer favorável, sob nº 224, de 1968, da Comissão de Finanças.

Em discussão o Projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, para discussão, dá-la-ei como encerrada. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO**  
**LEGISLATIVO Nº 15, DE 1968**

(Nº 67-A-68, na Casa de origem)

Aprova o Decreto-Lei nº 351, de 6 de fevereiro de 1968, que dá nova redação ao art. 3º do Decreto-Lei nº 111, de 24 de janeiro de 1967, relativo à publicação dos quadros analíticos do Orçamento e à discriminação das despesas orçamentárias nos Balanços Gerais da União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Decreto-Lei nº 351, de 6 de fevereiro de 1968 que dá nova redação ao art. 3º do Decreto-Lei nº 111, de 24 de janeiro de 1967, relativo à publicação dos quadros analíticos do Orçamento e à discriminação das despesas orçamentárias nos Balanços Gerais da União.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE: (Pedro Ludovico)

Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 27, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta Lydia das Dores Matta, Enfermeira PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Senhor Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado e irá à Comissão Diretora para a redação final.

E o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**  
Nº 27, DE 1968

Aposenta Lydia das Dores Matta, Enfermeira, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada, nos termos dos arts. 100, § 1º e 101, item I, alínea "a", da Constituição do Brasil, combinados com os artigos 349 da Resolução nº 6, de 1960, e 1º da Resolução nº 16, de 1963, mais a gratificação adicional a que faz jus, a Enfermeira, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Lydia das Dores Matta.

O SR. PRESIDENTE: (Pedro Ludovico)

Item 7:

Discussão, em turno único do Requerimento nº 63, de 1968, de autoria do Senhor Senador Catterino Pinheiro, solicitando transcrição nos Anais do Senado Federal, da oração proferida pelo Doutor Sebastião Dante de Camargo Júnior, ao tomar posse na Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), tendo Parecer favorável sob número 263, de 1968 da Comissão dos Estados para a Alienação de Terras Públicas e Perdoamento.

Em discussão o requerimento.

Se nenhum Senhor Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado e será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) —

Item 8:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 5 de 1968, de autoria do Senhor Senador Josaphat Marinho que estende aos dependentes do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito assegurado pelo artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966; tendo Pareceres sob os nºs 213 e 214, de 1968, das Comissões de — Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; — Legislação Social, favorável.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. O projeto voltará à Ordem do Dia, oportunamente, para o segundo turno regimental.

E o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
Nº 5, DE 1968

Estende aos dependentes do empregado não-optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito assegurado pelo artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Art. 1º O valor da conta vinculada do empregado não-optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e que vier a falecer, será pago pelo banco depositário, em quotas iguais, aos respectivos dependentes, habilitados perante o Instituto Nacional de Previdência Social.

§ 1º O pagamento será feito com a comunicação do Instituto Nacional de Previdência Social, que mencionará a data do óbito, os nomes dos dependentes habilitados e, quando houver menores, a data do nascimento de cada um deles.

§ 2º Ficará retida, à disposição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, vencendo juros, a taxa vigorante na data do falecimento do empregado com a correção monetária, a quota atribuída a dependente menor, até que complete dezoito anos, salvo autorização judicial para o respectivo levantamento.

§ 3º Decorridos dois anos do falecimento do empregado, e não havendo dependentes habilitados, o montante da conta vinculada reverterá a favor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, e das normas consequentes.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há orador inscrito.

Tem a palavra o nobre Senador Mário Martins. (Pausa.)

Não está presente.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, antes convocando os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária, a realizar-se às 17 horas e 30 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 86-68 (nº de origem 18-68), de 15 de janeiro de 1968, pelo qual o Sr. Presidente da República, submete ao Senado a escolha do Ministro Antônio Cândido da Câmara Canto para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Chile.

Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 17.30 minutos)

ATA DA 36ª SESSÃO, EM 3 DE ABRIL DE 1968

(Extraordinária)

PRESIDENCIA DO SR. GILBERTO MARINHO.

As 17 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena  
José Guimard  
Oscar Passos  
Alvaro Maia  
Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Milton Trindade  
Lobão da Silveira  
Achiiles Cruz  
Sebastião Archer  
José Cândido  
Siegfredo Pacheco  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Luiz de Barros  
Dinarte Mariz  
Manoel Villaga  
Pereira Diniz  
Argemiro de Figueiredo  
Pessoa de Queiroz  
Rui Palmeira  
Leandro Maciel  
Dylton Costa  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Eduardo Cataño  
Josaphat Marinho  
Carlos Lindenberg  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti



**Paulo Torres**  
**Vasconcellos Torres**  
**Mário Martins**  
**Aurélio Vianna**  
**Gilberto Marinho**  
**Milton Campos**  
**Benedicto Valladares**  
**Nogueira da Gama**  
**Lino de Mattos**  
**Moura Andrade**  
**João Abrahão**  
**José Feliciano**  
**Pedro Ludovico**  
**Fernando Corrêa**  
**Filinto Muller**  
**Milton Menezes**  
**Mem de Sá**

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 47 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE  
OFÍCIO:

Do Sr. Senador Pessoa de Queiroz, nos seguintes termos:

Senhor Presidente:  
 Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exª que, em face das circunstâncias que impossibilitam o prosseguimento dos trabalhos da instalação do Rádio do Congresso Nacional, deliberei afastar-me da Comissão Mista na qual exerce a Presidência, criada por deliberação das Mesas do Senado e da Câmara, em reunião de Junho de 1963, com a missão de dar cumprimento à Resolução de ambas as Casas que dispõe sobre o assunto.

Junto anexo um ofício do Banco do Brasil (Fiscalização Bancárias), datado de 12 de março do corrente ano, para as providências que V. Exª achar cabíveis, no qual é solicitado um pronunciamento do Senado sobre se ainda será utilizado o Certificado de Autorização 11-3 de 26 de abril de 1965, relativo à importação do equipamento do Rádio do Congresso Nacional.

Aproveito a oportunidade para reter a V. Exª os protestos de elevada admiração e apreço.

Brasília, 1 de abril de 1963. — F. Pessoa de Queiroz

## PARECERES

## Parecer nº 289, de 1968

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1968 (nº 1.001-B-68, na Casa de origem), que "reclassifica, no símbolo 5-C, os cargos em comissão de Diretores das Escolas Técnicas e Industriais Federais da Rede Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura".

Relator: Senador Mário Martins.  
 O projeto, oriundo de Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tem por objetivo reclassificar cargos em comissão de Diretores das Escolas Técnicas Industriais da Rede Federal de Ensino Industrial, concedendo-lhes o símbolo 5-C.

Como se depreende da longa e detalhada Exposição de Motivos do Ministro da Educação e Cultura, a medida proposta visa a corrigir omissões contidas em diferentes leis que acabaram por discriminar desfavoravelmente aqueles funcionários, com responsabilidade de direção, deixando-os em situação de inferioridade em confronto com os professores do ensino industrial.

A reparação da injustiça, conforme propõe o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, merece o apoio desta Casa, o que permitirá o restabelecimento da hierar-

quia de vencimentos nesse específico setor do ensino, cujo desenvolvimento mais do que nunca exige o mais amplo amparo da parte do Estado. Opinamos pois pela aprovação do Projeto.

Este o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1968. — Wilson Gonçalves, Presidente. — Mário Martins, Relator. — Paulo Torres. — José Feliciano. — Carvalho Pinto. — Mem de Sá. — Carlos Lindenberg. — José Ermírio.

## Parecer nº 290, de 1968

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1968 (nº 1.001-B-68, na Câmara), que reclassifica, no símbolo 5-C, em cargos em comissão de Diretores de Escolas Técnicas e Industriais da Rede Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura.

Relator: Senador João Cleofas.  
 O Projeto em exame, submetido à consideração de Congresso Nacional com a Mensagem nº 48, de 31 de janeiro de 1963, do Senhor Presidente da República, visa a reclassificar, no símbolo 5-C, os cargos em Comissão de Diretores das Escolas Técnicas e Industriais Federais da Rede Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura.

A Exposição de Motivos nº 6, de 10 de janeiro de 1968, do Ministro da Educação, nos dá as razões que determinaram e justificam a medida proposta, cujo objetivo precípuo é dar a todos os Diretores de Escolas Técnicas e Industriais o mesmo tratamento já dispensado ao Diretor da Escola Técnica Federal "Celso Suckow da Fonseca", no Estado da Guanabara.

O Projeto nos dá notícia de que as despesas destinadas à execução da medida proposta serão atendidas com recursos orçamentários próprios, — donde se infere não haver, no caso, quaisquer aumentos de despesa para o erário.

Isto considerado, opinamos pela aprovação do Projeto, ouvida igualmente, a Comissão de Serviço Público Civil.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1968. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — João Cleofas, Relator. — Pessoa de Queiroz. — Júlio Leite. — Manoel Villaga. — Carvalho Pinto. — Clodomir Milet. — Carlos Lindenberg. — Fernando Corrêa. — José Leite. — Adolpho Franco.

## Parecer nº 291, de 1968

Da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1968 (nº 1.001-B, de 1968, na Câmara), que reclassifica, no símbolo 5., os cargos em comissão de Diretores das Escolas Técnicas e Industriais Federais da Rede Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura.

Relator: Senador Paulo Torres.  
 O projeto sob exame, que reclassifica, no símbolo 5-C, os cargos em comissão de Diretores das Escolas Técnicas e Industriais Federais da Rede Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, veio ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 48, de 1963, do Senhor Presidente da República, a qual está fundada no art. 54, §§ 1º e 2º, da Constituição.

A Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Educação e Cultura, que acompanha a Mensagem do Governo Federal, esclarece que a mesma tem por base, entre outras, as seguintes razões:

"A Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, reorganizando o ensino industrial, passou a administração das escolas da rede federal a um Conselho de re-

presentantes, para cada escola, cujos membros são nomeados pelo Presidente da República, os quais têm atribuição de contratar o Diretor da Escola, segundo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Foram, assim, aproveitados alguns dos antigos Diretores, — ocupantes de cargo de Diretor em comissão, padrão L ou M, ficando, porém, outros não aproveitados na nova situação contratual.

Com o advento da Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, — tais Diretores passaram a situação de não enquadrados ou agregados, tendo, apenas, o Anexo II, da citada Lei, enquadrado, no símbolo 5-C, o cargo de Diretor da Escola Técnica Nacional, hoje Escola Técnica Federal "Celso Suckow da Fonseca", embora não houvesse qualquer superposição hierárquica desta com relação aos demais estabelecimentos da rede federal de ensino.

A Lei nº 3.780, de 1960, citada, que previu em cada Ministério, um Quadro de Pessoal com Parte Permanente (cargos efetivos e cargos em comissão) e a Parte Suplementar, (constituída de cargos extintos), dispôs no artigo 31, que os cargos e funções no Serviço Civil que não constassem dos diversos anexos, seriam considerados, para fins de enquadramento, como relacionados no anexo V.

O artigo 60 da mesma Lei, determinou, também, que os funcionários com vencimentos de cargos em comissão, assegurados pela Lei nº 1.741, de 22 de novembro de 1952, seriam enquadrados nos novos símbolos correspondentes à denominação desses cargos e agregados aos respectivos quadros, tendo o § 3º do artigo 13 do Decreto nº 48.921, de 8 de setembro de 1963, que regulamentou a Lei nº 3.780-60, estabelecido que figurassem tais funcionários, em relação, em separado, com indicação do nome e símbolo, sob a denominação de "Agregados".

Informa-se, ainda, a referida exposição ministerial, que o assunto encontra-se em processo aprovado pelo Departamento Administrativo do Pessoal Civil, de nº 202.251-65, referente à aposentadoria de um servidor ocupante do extinto cargo de Diretor da Escola Industrial Federal de Sergipe, tendo o citado órgão do Executivo, na oportunidade, sugerido o encaminhamento do competente projeto de lei relativo à espécie.

Desta sorte, verificando-se que se trata de medida justa e que corrigirá situações anômalas existentes no serviço público, julgamos a proposição em condições de merecer o acolhimento deste órgão técnico, razão por que opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1968. — Carlos Lindenberg, Presidente eventual. — Paulo Torres, Relator. — José Guimard. — Pessoa de Queiroz.

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O expediente lido vai à publicação.

Esta Presidência, tendo em vista a melhor distribuição, para pronunciamento do Congresso Nacional, dos votos presidenciais ainda pendentes de apreciação, deliberou:

a) convocar sessão conjunta para o dia 18 do corrente, às 21 horas e 30 minutos, com a seguinte Ordem do Dia:

Votos Presidenciais:

— Ao Projeto de Lei nº 106-67, no Senado (nº 455-67, na Câmara), que dispõe sobre a isenção dos tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infraestrutura;

— Ao Projeto de Lei nº 80-67, no Senado (nº 118-67, na Câmara), que cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais, e dá outras providências;

b) retirar, conseqüentemente, das Ordens do Dia de hoje, dia 5 de abril, e de amanhã, dia 4, as matérias acima relacionadas.

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Da Ordem do Dia desta sessão extraordinária consta, como item único, a discussão e votação do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Censura nº 8, de 1968, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Ministro da Câmara para o cargo de Embaixador Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Chile.

Nos termos do art. 192 do Regimento, a matéria será votada em sessão secreta, devendo os Srs. Funcionários tomar as devidas providências nesse sentido.

(A sessão passa a ser secreta às 17 horas e 55 minutos e volta a ser pública às 18 horas e 35 minutos).

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está reaberta a sessão pública. De acordo com a comunicação feita anteriormente, haverá sessão conjunta, hoje, às 21 horas e 30 minutos, para apreciação de votos presidenciais.

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, encerra o Senado para sessão extraordinária, amanhã, às dez horas, tendo como

## ORDEM DO DIA

Trabalho das Comissões.

Está encerrada a Sessão.

(Levantada a Sessão às 18 horas e 40 minutos).

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO DOUTOR SEBASTIÃO DANTE DE CAMARGO JUNIOR, AO TOMAR POSSE NA SUPERINTENDÊNCIA DA SUDECO, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 63, DE 1968, DE AUTORIA DO SR. CATETE PINHEIRO, APROVADO NA SESSÃO DE 3 DE ABRIL DE 1968, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS.**

Discurso pronunciado, pelo Doutor Sebastião Dante de Camargo Junior, ao tomar posse na Superintendência da SUDECO.

Excelentíssimo Senhor General Afonso de Albuquerque Lima, Ministro do Interior.

Meus Amigos, ao receber aqui a incumbência de estruturar e dirigir a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, quero lembrar que o Brasil vive uma fase que vai realmente definir os destinos nacionais e consolidar a Nação. Se, na Colônia, tivemos a ocupação física da Pátria na conquista territorial e, no Império, tivemos a emancipação política e a obra admirável de Caxias na consolidação da unidade do Império, não tivemos, no tumultuado processamento da evolução republicana, a mesma felicidade na condução dos problemas públicos. Muitas vezes, predominou na direção dos negócios da República a ausência, a distância na percepção e no equacionamento de nossos problemas sociais e econômicos. Não concordou ela, nem presidiu e nem disciplinou a evolução da formação brasileira, o que resultou num desenvolvimento desarmônico das diversas regiões do País, presidido pelas condições econômicas favoráveis de cada uma delas.

Isso trouxe distorções no processo do desenvolvimento brasileiro e assistimos, pela ausência da coordenação do poder público de então, a grande distorção entre o Sul rico e desenvolvido e o Nordeste pobre com tensões sociais que pode-

ção, se não resolvidas, ameaçar os destinos da nacionalidade. Assim, também, o Centro-Oeste despojado e desceçado. E essas distorções, essas tensões sociais e essa distância no equacionamento dos problemas nacionais, progressivamente, devon-nos aos sérios e graves dias de 61, quando muitos temeram pelos destinos da Pátria. Mas a consciência cívica do Brasil, vigilante, indomida na preocupação pelos destinos da Pátria e no estudo da solução dos problemas públicos possibilitou, na união de civis e militares, a manifestação da consciência nacional na Revolução de 31 de março. Trazia o movimento um novo sentido, uma nova filosofia. Procurava ordenar a evolução social e econômica do Brasil. Trazia uma filosofia definida no respeito à coisa pública, na honestidade do propósito no trato dos bens públicos; na disciplina e no respeito à hierarquia, necessária à ordenação do trabalho; na preocupação constante da afirmação da nacionalidade pela defesa da soberania nacional; na convocação da juventude para que estude os nossos problemas, para que amanhã possa participar das suas soluções. Trazia, ainda, a convicção de que a distorção entre as diversas regiões do Brasil, entre Norte, Nordeste e Sul, precisavam ser corrigidas e que para essa correção era necessário que se disciplinassem a idéia em avanço, dos organismos regionais. E teve o Brasil, tivemos nós — e permitam-me, Senhor Ministro — particularmente a mim, que durante todo o período de processamento revolucionário e mesmo antes acompanhei a sua vida, permitam-me dizer, que a sua estatura moral o seu exemplo, de cidadania e de soldado ao seu amor à Pátria, a sua formação de caráter, representam para o Brasil, para os nossos amigos que aqui estão e para mim que agora torno-me, com honra, servidor deste Ministério, o desta Casa, um orgulho e um penhor de segurança na solução desses grandes problemas nacionais. E que Vossa Excelência, antes do Ministério, já participava da SUDENE, já dava a sua contribuição na definição da filosofia dos organismos regionais. E sendo homem do Nordeste, sentindo o novo e o sofrimento da região, tinha a nitida consciência de que o Brasil precisava realmente resolver os problemas nordestinos, e ao assumir este Ministério, imprimiu esta orientação de coordenação na solução dos problemas públicos regionais do Brasil, num equacionamento dentro das dimensões regionais dos problemas, para que se estabeleça uma harmonia nas diversas regiões geo-econômicas do País. Assim, preocupou-se com a complementação dos órgãos regionais, sabendo que o problema da SUDENE, diverso do problema da Amazônia e enquanto o Sul desenvolvido precisa de mercado para o consumo dos produtos industrializados, o Nordeste, atormentado pela tensão social, precisa de uma estrutura capaz de dar amparo e apoio aos homens da região, sobretudo na criação de mercado de trabalho, para que aquela população se interesse e participe do processo do desenvolvimento nacional. Mais ainda o Nordeste precisa procurar a complementação do seu processo industrial e irá encontrá-lo no desenvolvimento da agricultura e da pecuária, indispensáveis à sua sustentação e que se desenvolverá na região amazônica e no centro-oeste. Deverão ser deslocados para o Oeste os excedentes de população nordestina, não num movimento desordenado como o foi o processo extrativo da borracha, que nos levou à conquista do Acre, não num novo exército da borracha, como se procedeu durante a última guerra, numa atividade dispersiva pela selva amazônica, em que o homem, na atividade extrativa nômade, ali não se fixou e milhares se perderam, mas numa atividade ordenada e de trabalho, numa programação di-

rigida, capaz de trazer esses contingentes humanos, integrando-os no processo de desenvolvimento nacional, levando-os, através da propriedade da terra, o que permitirá a arranca-da para o início do desenvolvimento das regiões Centro-Oeste e da Amazônia. Vossa Excelência, conhecedor dos problemas do Nordeste, e sabendo que os quatrocentos anos de nossa civilização não permitiram, pela agressividade da selva e do meio do domínio da Amazônia pela calha do grande rio, sentiu a necessidade da complementação dos órgãos regionais. Por isso, promoveu a criação da SUDECO, responsável pelo desenvolvimento do Centro-Oeste e que representará o elo de ligação das regiões-problemas no Brasil, Nordeste e Amazônia. O desenvolvimento da região Centro-Oeste, através do povoamento e da implantação de estradas de apoio, vai permitir o amparo às populações excedentes nordestinas e o avanço sobre o vale amazônico. A implantação da estrada BR-364, que se desenvolve pelo espigão que divide as bacias do Prata e do Amazonas, ligando Brasília-Cuiabá-Acre e Lima (No Peru, vai promover a integração da economia das regiões do Oeste, e mesmo, da faixa oriental dos Andes, na economia atlântica. Será o ponto de apoio e base para o avanço ordenado, sistemático e consistente que vai ocupar a Amazônia. É necessário que se estabeleça um avanço progressivo sobre o grande vale, que deixe atrás de si uma estruturação econômica de amparo, capaz de permitir o empreendimento. A SUDECO veio complementar os organismos regionais e vai permitir que Vossa Excelência, na Direção do Ministério do Interior, dê à Nação e ao povo brasileiro um sentido de harmonia no desenvolvimento econômico-social, permitindo que através do desenvolvimento harmônico das diversas regiões o Brasil se integre em si mesmo e a Amazônia seja conquistada, num processo racional e progressivo. Ao receber de Vossa Excelência a incumbência de estruturar e comandar o desenvolvimento do Centro-Oeste, sinto-me honrado pela deferência. E, estudioso dos problemas sociais de meu Estado e do Oeste, defensor já há algum tempo da tese da integração nacional, posso, nesse encontro com Vossa Excelência, tornar-me um dos instrumentos de implantação da idéia. Seu exemplo de dignidade, de caráter, o respeito que nos infunde para felicidade da Nação, da Revolução que defendemos, deu-lhe a liderança, de seus companheiros e conquistou o respeito do povo brasileiro, demonstrado à distância. Essa sinceridade de sentimentos traz-me orgulho pela identidade de pensamento e ação. Permite-me receber essa incumbência e dizer a Vossa Excelência e aos meus amigos que confio no Brasil, creio no civismo de nossa gente, creio nessa consciência cívica que desperta, se preocupa e quer definir os rumos da nacionalidade. Porque confio neste País jovem, de população jovem, e creio na filosofia que defendemos e que Vossa Excelência representa, prometo não temer a confiança dos meus amigos, de Vossa Excelência e do Senhor Presidente da República e serei, daqui em diante, por ser de minha formação, o mais humilde, porém, o mais dedicado dos seus comandados na estruturação da economia do Brasil, na concretização e na realização dos sonhos que tenho sonhado, pensando nos destinos da Pátria.

#### COMISSÃO DIRETORA

ATO Nº 1, DE 1968

A Comissão Diretora do Senado Federal, nos termos do artigo 85 e alíneas do Regimento Interno, baixa o seguinte ato:

Fica instituído o Boletim do Pessoal, a ser publicado sob a responsabilidade da Diretoria do Pessoal.

O Boletim do Pessoal é o órgão oficial interno para publicação de todos os atos e fatos relacionados com a administração geral do Senado Federal.

Sómente os atos de provimento e vacância de cargos e os editais que devam ser do conhecimento público serão encaminhados à publicação no "Diário do Congresso Nacional" e, após, transcritos no Boletim do Pessoal. Os demais atos referentes aos servidores do Senado só terão validade e produzirão efeitos com a publicação no Boletim ora instituído.

Serão transcritos no Boletim:

a) decretos, regulamentos, resoluções, ordens de serviço e instruções que interessem à administração do pessoal do Senado Federal;

b) atos de provimento e vacância, também publicados no "Diário do Congresso Nacional";

c) editais e avisos relativos a assuntos de pessoal.

Serão publicados no Boletim:

a) atos da Comissão Diretora, do 1º Secretário e do Diretor-Geral sobre assuntos de pessoal;

b) pareceres aprovados pela Comissão Diretora, firmando jurisprudência sobre assunto de pessoal;

c) ordens de serviço expedidas pelo 1º Secretário, Diretor-Geral, Vice-Diretores Gerais, Diretores e Chefes de Serviços que interessem aos funcionários;

d) portarias relacionadas com os funcionários;

e) fatos ocorridos com pessoal e que devam ser registrados em seus assentamentos;

f) despachos exarados pela Comissão Diretora, 1º Secretário, Diretor-

Geral, Vice-Diretores Gerais e Diretores, em requerimentos de funcionários,

g) concessão de licenças;

h) concessão de salário-família;

i) assuntos gerais.

O Boletim do Pessoal será dividido em:

— Parte I — Funcionários;

— Parte II — Legislação e Jurisprudência.

Na Parte I serão publicados:

a) Resoluções do Senado;

b) Atos da Comissão Diretora;

c) Atos do Presidente;

d) Atos do 1º Vice-Presidente;

e) Atos do 2º Vice-Presidente;

f) Atos do 1º Secretário;

g) Atos do Diretor-Geral;

h) Atos dos Vice-Diretores Gerais;

i) Atos de outras Diretorias;

j) Atos da Comissão de Promoções;

k) Editais e Avisos;

m) Comunicações Diversas.

Na Parte II serão publicados:

a) instruções e ordens de serviço;

b) pareceres aprovados pela Comissão Diretora, que possam constituir jurisprudência;

c) orientação funcional.

O Boletim do Pessoal será distribuído no início do expediente do dia útil seguinte à quinzena a que se referir.

Cada Diretor, Chefe de Serviço ou Gabinete, solicitará à Diretoria do Pessoal o número de exemplares necessários ao seu serviço.

A Diretoria da Contabilidade tomará conhecimento dos atos e fatos relativos a pessoal, se acarretarem alterações de pagamento, por intermédio do Boletim do Pessoal.

Republica-se por haver saído com incorreções.

Senado Federal, 8 de fevereiro de 1968 — Auro Moura Andrade, Presidente

#### SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

##### ATO DO SR VICE-PRESIDENTE

PORTARIA Nº 3,  
DE 1968

O 2º Vice-Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º da Resolução Nº 8, de 1966, resolve designar Frederico da Gama Cabral Filho, Auxiliar Legislativo, PL-10, para as funções de Auxiliar de seu Gabinete.

Senado Federal, em 2 de abril de 1968. — Senador Ruy Palmeira, 2º Vice-Presidente.

##### ATOS DO SR. PRIMEIRO

##### SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 43,  
DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, letra "J", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução Nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do Presidente da Comissão de Minas e Energia, como Secretário, a Oficial Legislativo, PL-3, Lea José da Silva.

Secretaria do Senado Federal, em 2 de abril de 1968. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 44,  
DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, letra "J", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução Nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do Vice-Líder do MDB, os seguintes funcionários:

Oficial — Rogério Freitas Portal e Silva, Auxiliar Legislativo, PL-9

Continuo — José Luiz dos Santos, Auxiliar de Portaria, PL-10

Motorista — José Machado de Lima, Motorista, PL-9.

Secretaria do Senado Federal, em 2 de abril de 1968. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

##### ATOS DO SENHOR DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 53 DE 2 DE ABRIL DE 1968

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Florival Vieira de Almeida, Auxiliar de Secretaria, PL-11, da Diretoria do Arquivo.

Secretaria do Senado Federal, em 2 de abril de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 54 DE 2 DE ABRIL DE 1968

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Sylvia Minazi Mantovani Peixoto, Auxiliar Legislativo, PL-7, da Diretoria do Patrimônio.

Secretaria do Senado Federal, em 2 de abril de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 55 DE 3 DE ABRIL DE 1968

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Péroia Cardoso Raulino, Oficial Bibliotecária, PL-4, para Chefe da Seção de Classificação e Catalogação da Diretoria da Biblioteca.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de abril de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 56 DE 3 DE ABRIL DE 1968

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Frederico da Gama Cabral Filho, Auxiliar Legislativo, PL-10, da Diretoria da Contabilidade.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de abril de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

## MESA

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)  
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)  
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)  
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)  
 2º Secretário — Victório Freire (ARENA — MA)  
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)  
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)  
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)  
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)  
 4º Suplente — Raul Guberti (ARENA — ES)

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

## DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

## Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)  
 Petrólio Portia (PI)  
 Manoel Villaga (RN)  
 Antônio Carlos SC)

## DO MDB

Líder — Aurelio Vianna (GB)

## Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)  
 Adalberto Sena (ACRE)

## COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama  
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

## ARENA

## SUPLENTE

Arnon de Mello  
 Domicio Gondim  
 Paulo Torres  
 João Cleofas  
 Teotônio Vilela

José Leite  
 José Guomard  
 Adolpho Franco  
 Leandro Maciel  
 Aloysio de Carvalho

## MDB

Nogueira da Gama  
 Josaphat Marinho  
 Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.  
 Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio  
 Vice-Presidente: João Cleofas

## ARENA

## SUPLENTE

José Feliciano  
 Ney Braga  
 João Cleofas  
 Teotônio Vilela  
 Milton Trindade

Atílio Fontana  
 Leandro Maciel  
 Benedicto Valladares  
 Adolpho Franco  
 Sigefredo Pacheco

## MDB

José Ermirio  
 Argemiro de Figueiredo  
 Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.  
 Reuniões: Terças-feiras, à tarde.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC.

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga  
 Vice-Presidente: Aurelio Vianna

## ARENA

## SUPLENTE

Ney Braga  
 Antônio Carlos  
 Melo Braga  
 Arnon de Mello  
 Atílio Fontana

José Leite  
 Eurico Rezende  
 Benedicto Valladares  
 Carvalho Pinto  
 Filinto Müller

## MDB

Aurelio Vianna  
 Mário Martins  
 Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.  
 Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos  
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

## ARENA

## SUPLENTE

TITULARES  
 Milton Campos  
 Antônio Carlos  
 Aloysio de Carvalho  
 Eurico Rezende  
 Wilson Gonçalves  
 Petrólio Portia  
 Carlos Lindenberg  
 Paulo Sarasate  
 Clodomir Millet

Suplentes  
 Alvaro Maia  
 Lobão da Silveira  
 Benedicto Valladares  
 Arnon de Mello  
 João Leite  
 Menezes Pimentel  
 Adolfo Franco  
 Filinto Müller  
 Daniel Krieger

## MDB

Antônio Balbino  
 Bezerra Neto  
 Josaphat Marinho  
 Edmundo Levi

Suplentes  
 Arthur Virgílio  
 Argemiro de Figueiredo  
 Nogueira da Gama  
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.  
 Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão  
 Vice-Presidente: João Leite

## ARENA

## SUPLENTE

TITULARES  
 José Feliciano  
 Eurico Rezende  
 Petrólio Portia  
 Atílio Fontana  
 João Leite  
 Clodomir Millet  
 Manoel Villaga  
 Wilson Gonçalves

Suplentes  
 Benedicto Valladares  
 Melo Braga  
 Teotônio Vilela  
 José Leite  
 Mem de Sá  
 Filinto Müller  
 Fernando Corrêa  
 Adolfo Franco

## MDB

João Abrahão  
 Aurélio Vianna  
 Adalberto Sena

Suplentes  
 Bezerra Neto  
 Oscar Passos  
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcant Melo Junior — Ramal 245.  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

## COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto  
 Vice-Presidente: Edmundo Levi

## ARENA

## SUPLENTE

TITULARES  
 Carvalho Pinto  
 Carlos Lindenberg  
 João Leite  
 Teotônio Vilela  
 Domicio Gondim  
 Leandro Maciel  
 Atílio Fontana  
 Ney Braga

Suplentes  
 José Leite  
 João Cleofas  
 Duarte Filho  
 Sigefredo Pacheco  
 Filinto Müller  
 Paulo Torres  
 Adolpho Franco  
 Antônio Carlos

## MDB

Bezerra Neto  
 Edmundo Levi  
 Sebastião Arche

Suplentes  
 José Ermirio  
 Josaphat Marinho  
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel  
 Vice-Presidente: Mem de Sá

## ARENA

## SUPLENTE

TITULARES  
 Menezes Pimentel  
 Mem de Sá  
 Alvaro Maia  
 Duarte Filho  
 Aloysio de Carvalho

Suplentes  
 Benedicto Valladares  
 Antônio Carlos  
 Sigefredo Pacheco  
 Teotônio Vilela  
 Petrólio Portia

## MDB

Adalberto Sena  
 Antônio Balbino

Suplentes  
 Ruy Carneiro  
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.



### COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)  
COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos  
Vice-Presidente: Alvaro Maia

#### ARENA

##### TITULARES

Antônio Carlos  
Moura Andrade  
Paulo Sarasate  
Milton Trindade  
Alvaro Maia  
José Feliciano  
João Cleofas  
Paulo Torres

##### SUPLENTE

José Guimara  
Eurico Rezende  
Filinto Müller  
Fernando Corrêa  
Lobão da Silveira  
Menezes Pimentel  
Petrônio Portela  
Manoel Villaga

#### MDB

Arthur Virgílio  
Ruy Carneiro  
João Abrahão

Adalberto Senna  
Antônio Balbino  
José Ermirio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 241.  
Reuniões: Quartas-feiras, a tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

### COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo  
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

#### ARENA

##### TITULARES

Paulo Sarasate  
João Cleofas  
Mem de Sa  
José Leite  
Leandro Maciel  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet  
Adolpho Franco  
Sigefredo Pacheco  
Carvalho Pinto  
Fernando Correa  
Júlio Leite

##### SUPLENTE

Lobão da Silveira  
José Guimara  
Teotônio Vilela  
Carlos Lindenberg  
Daniel Krieger  
Filinto Müller  
Celso Ramos  
Milton Trindade  
Antônio Carlos  
Benedicto Valladares  
Mello Braga  
Paulo Torres

#### MDB

Argemiro de Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
Arthur Virgílio  
José Ermirio

Oscar Passos  
Josaphat Marinho  
João Abrahão  
Aurélio Vianna  
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

### COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana  
Vice-Presidente: Antônio Balbino

#### ARENA

##### TITULARES

Atílio Fontana  
Adolpho Franco  
Domício Gondim  
João Cleofas  
Teotônio Vilela

##### SUPLENTE

Júlio Leite  
José Cândido  
Arnon de Melo  
Leandro Maciel  
Melo Braga

#### MDB

Antônio Balbino  
Nogueira da Gama

Ruy Carneiro  
Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela  
Vice-Presidente: Mello Braga

#### ARENA

##### TITULARES

Petrônio Portela  
Domício Gondim  
Atílio Fontana  
Mello Braga  
Júlio Leite

##### SUPLENTE

Celso Ramos  
Milton Trindade  
José Leite  
Adolpho Franco  
Duarte Filho

#### MDB

Arthur Virgílio  
Josaphat Marinho

João Abrahão  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.  
Reuniões: Terças-feiras às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional

### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho  
Vice-Presidente: Domício Gondim

#### ARENA

##### TITULARES

Domício Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg

##### SUPLENTE

José Feliciano  
Mello Braga  
José Guimara  
Benedicto Valladares  
Teotônio Vilela

#### MDB

Josaphat Marinho  
José Ermirio

Sebastião Archer  
Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

### COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SÉCAS

(7 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro  
Vice-Presidente: Duarte Filho

#### ARENA

##### TITULARES

Clodomir Millet  
Manoel Villaga  
Arnon de Melo  
Duarte Filho  
Menezes Pimentel

##### SUPLENTE

Teotônio Vilela  
José Leite  
Domício Gondim  
Paulo Sarasate  
Leandro Maciel

#### MDB

Rui Carneiro  
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna  
Adalberto Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, a tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

### COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves  
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

#### ARENA

##### TITULARES

Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sa  
Eurico Rezende  
Paulo Sarasate  
Carvalho Pinto

##### SUPLENTE

José Feliciano  
João Cleofas  
Adolpho Franco  
Petrônio Portela  
José Leite  
Ney Braga  
Milton Campos  
Daniel Krieger

#### MDB

José Ermirio  
Aurélio Vianna  
Mario Martins

Antônio Balbino  
Arthur Virgílio  
Edmundo Levy

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Junior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano  
Vice-Presidente: Leandro Maciel

#### ARENA

##### TITULARES

José Feliciano  
Leandro Maciel  
Antônio Carlos  
Lobão da Silveira

##### SUPLENTE

Filinto Müller  
Mem de Sa  
Duarte Filho  
Clodomir Millet

#### MDB

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, a tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedicto Valladares  
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

**ARENA****TITULARES**

Benedicto Valladares  
Filinto Müller  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Carlos  
Mem de Sa  
Ney Braga  
Milton Campos  
Moura Andrade  
Fernando Corrêa  
Arnon de Mello  
José Cândido

**SUPLENTE**

Wilson Gonçalves  
José Guimard  
Carlos Lindenberg  
Adolpho Franco  
Petrônio Portela  
José Leite  
Teotônio Villela  
Mello Braga  
José Feliciano  
Clodomir Millet  
Menezes Pimentel

**MDB**

Pessoa de Queiroz  
Mário Martins  
Aurélio Vianna  
Oscar Passos

Bezerra Neto  
João Abrahão  
Josaphat Marinho  
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE SAÚDE**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Sigefredo Pacheco  
Vice-Presidente: Manoel Villaga

**ARENA****TITULARES**

Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet

**SUPLENTE**

Julio Leite  
Milton Trindade  
Ney Braga  
José Cândido  
Lobão da Silveira

**MDB**

Adalberto Senna  
Sebastião Archer

Aguiar da Gama  
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Tórres  
Vice-Presidente: Oscar Passos

**ARENA****TITULARES**

Paulo Tórres  
José Guimard  
Lobão da Silveira  
Ney Braga  
José Cândido

**SUPLENTE**

Filinto Müller  
Atílio Fontana  
Domício Gondim  
Manoel Villaga  
Melo Braga

**MDB**

Oscar Passos  
Mário Martins

Aguiar de Figueiredo  
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Eurico Rezende  
Vice-Presidente: Arnon de Mello

**ARENA****TITULARES**

Eurico Rezende  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Mello  
Paulo Tórres  
José Guimard

**SUPLENTE**

José Feliciano  
Menezes Pimentel  
Celso Ramos  
Petrônio Portela  
Leandro Maciel

**MDB**

Ruy Carneiro  
João Abrahão

Adalberto Senna  
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Leite  
Vice-Presidente: Sebastião Archer

**ARENA****TITULARES**

José Leite  
Celso Ramos  
Arnon de Mello  
Domício Gondim  
João Cleofas

**SUPLENTE**

Paulo Tórres  
Atílio Fontana  
Eurico Rezende  
José Guimard  
Carlos Lindenberg

**MDB**

Sebastião Archer  
Pessoa de Queiroz

Mário Martins  
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Guimard  
Vice-Presidente: Clodomir Millet

**ARENA****TITULARES**

José Guimard  
Fernando Corrêa  
Clodomir Millet  
Alvaro Maia  
Milton Trindade

**SUPLENTE**

Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Filinto Müller  
Sigefredo Pacheco  
Manoel Villaga

**MDB**

Edmundo Levi  
Oscar Passos

Adalberto Senna  
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

